



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**

Folha nº 2784
Processo: 080.007520/2013
Rubrica: Mat. 47.639-0

EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA N.º 01/2017-SE.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE EDUCAÇÃO DA PRIMEIRA INFÂNCIA – CEPI, CRECHE TIPO B, COM 08 (OITO) SALAS DE AULA, A SER LOCALIZADO NA QS 415, ÁREA ESPECIAL - RA XII – SAMAMBAIA/DF, CADASTRAMENTO NO FNDE/SIMEC Nº 048, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, DETALHES CONSTRUTIVOS, PROJETO BÁSICO E EXECUTIVO ELABORADOS PELA COORDENAÇÃO DE OBRAS E TODOS OS ANEXOS DESTES EDITAIS.

Processo 080.007520/2013

TIPO: MENOR PREÇO



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**

Folha nº 2785
Processo: 080.007520/2013
Rubrica: Mat. 47.639-0

1 - PREÂMBULO

1.1 - O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por meio da Secretaria de Estado de Educação, neste edital denominada SE, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, instituída pela , instituída pela Ordem de Serviço n.º 05, de 10 de janeiro de 2017, publicada no DODF n.º 09 de 12 de janeiro de 2017, comunica que no dia **21/03/2017 às 14:00 horas**, será realizado o recebimento e abertura dos envelopes de documentação e proposta de preços da **Concorrência nº 01/2017** referente ao processo nº **080.007520/2013**, será na sala n.º 309 no SGAN 607, Projeção "D", Brasília-DF. A Concorrência foi requisitada pela Coordenação de Obras e será realizada de acordo com o disposto na Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais legislações vigentes. A execução será indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, tipo menor preço. Os recursos financeiros correrão por conta do **Programa de Trabalho: 12.365.6221.3271.9354 – Construção de Unidade da Educação Infantil – Creche – Secretaria de Estado de Educação – Distrito Federal – OCA, Fonte: 177006720 e 332006720 Natureza da despesa: 4.4.90.51.**

1.2 - O objeto da presente licitação **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE EDUCAÇÃO DA PRIMEIRA INFÂNCIA – CEPI, CRECHE TIPO B, COM 08 (OITO) SALAS DE AULA, A SER LOCALIZADO NA QS 415, ÁREA ESPECIAL - RA XII – SAMAMBAIA/DF, CADASTRAMENTO NO FNDE/SIMEC Nº 048, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, DETALHES CONSTRUTIVOS, PROJETO BÁSICO E EXECUTIVO ELABORADOS PELA COORDENAÇÃO DE OBRAS E TODOS OS ANEXOS DESTES EDITAL**, coadunando-se com as especificações técnicas, detalhes construtivos elaborados pela Coordenação de Obras e todos os anexos que são partes integrantes deste edital.

1.3 - O Edital, Projeto Básico (especificações técnicas, detalhes construtivos e demais projetos. Bem como a Planilha Estimativa elaborada pela Coordenação de Obras) encontram-se à disposição dos interessados em meio magnético e poderão ser retirados na Secretaria da Comissão Permanente de Licitação, no SGAN 607, Projeção "D", sala 309, fone: 3901-2364, de 09h00min as 12h00min horas e das 14h00min às 17h00min, onde serão prestados esclarecimentos acerca de dúvidas de caráter técnico ou legal e outras informações aos licitantes.

2 - CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar da presente licitação, empresas cadastradas no SICAF, quaisquer empresas do ramo, legalmente estabelecidas e que satisfaçam às condições deste Edital e seus anexos, bem como empresas não cadastradas, desde que atenda todas as exigências do edital.

2.1.1 - As licitantes que apresentarem o demonstrativo “Consulta Situação do

Fornecedor” extraídos SICAF ficarão isentas de apresentar os seguintes

documentos:

2.1.1.1 - Prova de Regularidade para com a FAZENDA FEDERAL, do DISTRITO FEDERAL ou, ESTADUAL e MUNICIPAL, mediante apresentação de certidões negativas, ou positivas com efeitos de negativa, do domicílio ou sede do licitante.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**

Folha nº 2786
Processo: 080.007520/2013
Rubrica: Mat. 47.639-0

2.1.1.2 – A prova de regularidade para com a FAZENDA FEDERAL será feita mediante apresentação, em plena validade, de Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa de Tributos Federais, emitidas pela SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL (Certidão de Tributos e Contribuições Federais Administrados pela Secretaria da Receita Federal) e pela PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (Certidão Quanto à Dívida Ativa da União) DO MINISTÉRIO DA FAZENDA.

2.1.1.3 – Para os licitantes domiciliados no Distrito Federal, a prova de regularidade para com a FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL será feita mediante apresentação, em plena validade, de Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa expedida pela SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DF.

2.1.1.4 – Para os licitantes domiciliados fora do Distrito Federal, será exigida a prova de regularidade para com as FAZENDAS ESTADUAL e MUNICIPAL além da regularidade para com a FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL mediante a apresentação, em plena validade, das respectivas Certidões Negativas ou Certidões Positivas com efeitos de Negativa.

2.1.1.5 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, através de CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS - CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal (CEF), em plena validade, conforme dispõe do Art. 7º da Lei n.º 8.036, de 11/05/1990;

2.1.1.6 - Prova de Regularidade relativa à Seguridade Social, através de Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, em plena validade, emitida pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.

2.1.1.7 – Índices contábeis constantes no item 3.4.1.1 do presente edital

2.1.2 - A Licitante cuja habilitação parcial no SICAF acusar no demonstrativo “Consulta Situação do Fornecedor”, algum documento com validade vencida, deverá encaminhar o respectivo documento, a fim de comprovar a regularidade do mesmo, juntamente com os demais documentos.

2.2 - Somente poderão participar da licitação as empresas que satisfaçam as seguintes condições:

2.2.1. - empresas individuais ou coletivas que satisfaçam às condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos;

2.3 - A Contratada não poderá subempreitar o total das obras/serviços a ela adjudicados, salvo quanto aos itens que, por sua especialização, requeiram o emprego de firmas ou profissionais especialmente habilitados e, nesse caso, mediante prévia autorização da Coordenação de Obras - DOB, não podendo ultrapassar tais serviços, 30% (trinta por cento) do valor total contratado.

2.3.1 - A responsabilidade sobre os serviços retro mencionados não será transferida, perante a SEDF, aos subcontratados, devendo exclusiva e diretamente a Contratada responder pela fiel observância das obrigações contratuais.

2.4 - As Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte terão tratamento diferenciado e preferencial, nos termos da Lei Complementar N. 123/2006:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

Folha nº 2787
Processo: 080.007520/2013
Rubrica: Mat. 47.639-0

2.4.1 - Nas licitações públicas, a comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

2.4.2 - As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

2.4.3 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

2.4.4 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

2.4.5 - Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

2.4.6 - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

2.4.6.1 - Para efeito do disposto no art. 44 desta Lei Complementar, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

I – a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II – não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput deste artigo, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do § 1º do art. 44 desta Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III – no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no § 1º do art. 44 desta Lei Complementar, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

§ 1º Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput deste artigo, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

§ 2º O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

2.4.7 - As empresas participantes deverão apresentar declaração, sob as penas da lei, de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, estando aptas a usufruir do tratamento favorecido estabelecido pela Lei Complementar N. 123/2006.

2.4.8 - A Comissão poderá consultar o sítio oficial da Receita Federal, na Internet, para ratificar o preenchimento de todos requisitos previstos no Art. 3º da Lei Complementar 123/2006, por meio de verificação do enquadramento da licitante no Simples Nacional.

2.5 - É vedada a participação de consórcios ou grupos de empresas



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

Folha nº 2788
Processo: 080.007520/2013
Rubrica: Mat. 47.639-0

2.6 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, desta licitação, nos termos do art.9 da Lei 8666/93:

2.6.1 - O autor do Projeto Básico e Executivo, pessoa física ou jurídica;

2.6.2 – Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente acionista ou detentor de mais de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

2.6.3 – Servidor, empregado ou dirigente da Administração e membros da Comissão Permanente de Licitação da Secretaria de Estado de Educação do DF.

2.6.4 - Para efeito do subitem 2.6, considera-se participação indireta, para fins do disposto no artigo 9º§§ 3º e 4º da Lei 8.666/93, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, os membros da Comissão de Licitação, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.

2.6.5 - É vedada a participação de licitantes que estejam suspensas de participar em licitação e impedidas de contratar com a Administração Direta ou Indireta do Distrito Federal e as declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Direta ou Indireta da União, Estado, Municípios e do Distrito Federal, enquanto perdurem seus efeitos (art. 6º, XI e XII c/c 87. III e IV, da Lei nº 8.666/93).

2.6.6 – Não poderão participar da presente licitação, empresas cujos diretores, responsáveis legais ou técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócio, pertençam, ainda que parcialmente, a outra empresa licitante ou a empresa do mesmo grupo que esteja participando desta licitação. Caso constatada tal situação, ainda que *a posteriori*, as empresas licitantes serão desclassificadas, em face das sanções previstas no art. 90, da Lei 8.666/93.

2.7 - Não poderão participar pessoa jurídica, cujo administrador, proprietário ou sócio com poder de direção seja familiar de agente público, preste serviços ou desenvolva projeto no órgão ou entidade da administração pública do Distrito Federal em que este exerça cargo em comissão ou função de confiança por meio de:

I – contrato de serviço terceirizado;

II – contratos pertinentes a obras, serviços e à aquisição de bens;

III – convenções e os instrumentos equivalentes.

Para fins do disposto acima, considera-se:

I – Nepotismo: a nomeação de familiar para o exercício de cargo em comissão ou de confiança no âmbito do Poder Executivo;

II - familiar: cônjuge, companheiro (a) ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, inclusive;

III - autoridade administrativa: Governador e Vice-Governador.

Conforme estabelece o Decreto Distrital nº 32.751/2011, que trata da vedação do NEPOTISMO na esfera do Poder Executivo do Distrito Federal.

3 - DA DOCUMENTAÇÃO



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**

Folha nº 2789
Processo: 080.007520/2013
Rubrica: Mat. 47.639-0

3.1 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

3.1.1 – Acervo Técnico

3.1.1.1 – Do(s) Responsável (eis) Técnico(s):

Atestado(s) de responsabilidade técnica, devidamente registrado(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão (ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) por estes Conselhos, que comprove(m) ter o(s) profissional (is), executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresas privadas, serviços em prédio público, comercial ou industrial, com características técnicas similares às do objeto da presente licitação, com as seguintes características:

CARACTERÍSTICAS DA OBRA
ESTACA com diâmetro mínimo de 30 cm e/ou equivalente
ARMADURA de aço para estruturas em geral, CA-50
FORMA de chapa compensada
CONCRETO estrutural dosado em central, fck 20 MPa ou superior
COBERTURA em telha
ESTRUTURA para cobertura
INSTALAÇÕES: hidrossanitárias; elétricas, telefonia e rede estruturada; SPI e SPDA.

3.1.1.2 Da Empresa

3.1.1.2.1 - Atestado(s) de capacidade técnica-operacional expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão (ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) por estes Conselhos, que comprove(m) que a licitante tenha executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresas privadas, serviços em prédio público, comercial ou industrial, com os seguintes quantitativos mínimos:

CARACTERÍSTICA DA OBRA	Un	Quantitativo da obra	Quantidade mínima a ser exigida	Percentual
ÁREA da obra	m ²	1.211,92	605,96	50%
ESTACA com diâmetro mínimo de 30 cm e/ou equivalente	m	2.363,00	1.181,50	50%
ARMADURA de aço para estruturas em geral, CA-50	Kg	23.957,55	11.978,77	50%
FORMA de chapa compensada	m ²	3.476,57	1.738,28	50%



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

Folha nº 2790
Processo: 080.007520/2013
Rubrica: Mat. 47.639-0

CONCRETO estrutural dosado em central, fck 20 MPa ou superior	m ³	313,62	156,81	50%
COBERTURA em telha	m ²	1.264,78	632,39	50%
ESTRUTURA para cobertura	m ²	1.271,78	635,89	50%
INSTALAÇÕES: hidrossanitárias	m ²	1.211,92	605,96	50%
INSTALAÇÕES: elétricas, telefonia e rede estruturada	m ²	1.211,92	605,96	50%
INSTALAÇÕES: SPI e SPDA	m ²	1.211,92	605,96	50%

3.1.1.2.2.1 - Os quantitativos mínimos exigidos em cada situação deverão constar de apenas 1 (um) único atestado, não sendo admitidos somatórios de áreas para efeito de comprovação de qualificação técnica. É possível, porém, que a concorrente apresente atestados diversos para itens distintos. Por exemplo, um atestado comprovando a execução do quantitativo mínimo de instalação hidrossanitárias e um outro comprovando as instalações elétricas, telefonia e rede estruturada.

3.1.1.2.2.2 – Prova de inscrição da licitante e dos seus responsáveis técnicos junto ao CREA competente da região a que estiver vinculada a licitante, que comprove atividade relacionada com o objeto, em plena validade.

3.1.1.2.2.3 - As exigências de qualificação técnica seguem as orientações do Tribunal de Contas do Distrito Federal, estabelecida na Decisão nº 254/2010, fls. 700, e Decisão 351/2010, fls. 703/704, exarada por aquela Corte de Contas quando da análise de procedimentos licitatórios da SEDF, bem como à comprovação da experiência da empresa com a indicação de quantitativos, estes são estabelecidos com o mínimo necessário para aferir a capacidade da empresa em executar os serviços dentro da boa técnica construtiva

3.1.1.2.2.4 – No caso da vencedora do certame possuir Certidão de Registro de Pessoa Jurídica do CREA de outra Região, este deverá estar devidamente visitado pelo CREA do Distrito Federal no ato da assinatura do contrato.

3.1.2 - DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA e INDICAÇÃO DE EQUIPE TÉCNICA (ANEXO)

3.1.2.1 – Na forma da lei 8.666/93 o(s) profissional(is) que contribuiu(ram) para a classificação da Empresa e que conste(em) na capacitação técnica da empresa, deverão OBRIGATORIAMENTE fazer parte da equipe técnica indicada.

3.1.2.2 – O(s) Responsável(eis) Técnico(s) indicado(s) deverá(o) fazer parte do quadro da empresa (funcionários, contratados nos termos da legislação civil ou sócios), comprovada essa condição por meio de cópia autenticada da CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social para o empregado, contrato de prestação de serviços e do Contrato Social da Empresa ou Certidão de Pessoa Jurídica do CREA para o sócio ou proprietário.

3.1.2.2.1 - Não serão aceitos atestados ou certidões de profissionais de caráter autônomo, eventual ou temporário.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

Folha nº 2791
Processo: 080.007520/2013
Rubrica: Mat. 47.639-0

3.1.2.3 - É vedada a indicação de um mesmo engenheiro como responsável técnico por mais de uma empresa proponente, fato este que inabilitará todas as envolvidas.

3.1.3 - DECLARAÇÃO de que a licitante possui pleno conhecimento das condições do local da obra, assumindo todas as responsabilidades, assinado por profissional que conste da Declaração de Responsabilidade Técnica;

3.2 - CAPACIDADE JURÍDICA

3.2.1 - Registro Comercial, no caso de empresa individual;

3.2.2 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

3.2.3 - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; (Certidão de funcionamento da firma expedida pela Junta Comercial constando o nome dos diretores de conformidade com o contrato social ou a última alteração contratual).

3.2.4 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

3.3 - REGULARIDADE FISCAL

3.3.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), em plena validade;

3.3.2 - Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Distrito Federal ou, Estadual e Municipal, conforme a localização da sede ou domicílio do licitante e compatível com o seu ramo de atividade e o objeto da presente licitação;

3.3.3 - Prova de Regularidade para com a FAZENDA FEDERAL, do DISTRITO FEDERAL ou, ESTADUAL e MUNICIPAL, mediante apresentação de certidões negativas, ou positivas com efeitos de negativa, do domicílio ou sede do licitante.

3.3.3.1 - A prova de regularidade para com a FAZENDA FEDERAL será feita mediante apresentação, em plena validade, de Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeito de Negativa de Tributos Federais, emitidas pela SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL (Certidão de Tributos e Contribuições Federais Administrados pela Secretaria da Receita Federal) e pela PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (Certidão Quanto à Dívida Ativa da União) DO MINISTÉRIO DA FAZENDA.

3.3.3.2 - Para os licitantes domiciliados no Distrito Federal, a prova de regularidade para com a FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL será feita mediante apresentação, em plena validade, de Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeito de Negativa expedida pela SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DF.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

Folha nº 2792
Processo: 080.007520/2013
Rubrica: Mat. 47.639-0

3.3.3.3 - Para os licitantes domiciliados fora do Distrito Federal, será exigida a prova de regularidade para com as FAZENDAS ESTADUAL e MUNICIPAL além da regularidade para com a FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL mediante a apresentação, em plena validade, das respectivas Certidões Negativas ou Certidões Positivas com efeitos de Negativa.

3.3.4 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, através de CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS - CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal (CEF), em plena validade, conforme dispõe do Art. 7º da Lei n.º 8.036, de 11/05/1990;

3.3.5 - Prova de Regularidade relativa à Seguridade Social, através de Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, em plena validade, emitida pela SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL.

3.3.6. Prova de Regularidade Trabalhista, através de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, obtidas por intermédio do sítio www.tst.jus.br/certidao, que comprove a inexistência de débito inadimplido perante a Justiça do Trabalho do licitante (Lei nº 12.440, de 07 de junho de 2011)

3.3.7 - No caso de microempresa ou Empresa de pequeno porte apresentar declaração de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.3.8. - As certidões extraídas pela INTERNET terão sua aceitação condicionada à verificação de sua autenticidade junto à previdência social (Dec. 3.265, de 29.11.99)..

3.3.9. – Não serão autenticados documentos pela Comissão Permanente de Licitação na data prevista para a abertura do procedimento licitatório.

3.4 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO - FINANCEIRA

3.4.1 - BALANÇO PATRIMONIAL e demonstrações contábeis do último exercício social, devidamente registrados na Junta Comercial, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados a mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta. As empresas criadas no presente exercício deverão apresentar balancete especial de abertura.

3.4.1.1 - A boa situação financeira de que trata o item 3.4.1 será avaliada através da análise contábil, considerando-se os seguintes indicadores:

- **SG ≥ 1**
- **LG ≥ 1**
- **LC ≥ 1**

3.4.1.2 - As Empresas que atenderem às condições do item 3.4.1.1, serão consideradas com boa situação financeira, as empresas que não atenderem às referidas condições, deverão comprovar Patrimônio líquido de 10% (dez por cento), do valor estimado constante do item 6.4 do Edital.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

Folha nº 2793
Processo: 080.007520/2013
Rubrica: Mat. 47.639-0

3.4.1.3 - A licitante deverá apresentar os cálculos constantes do item 3.4.1.1 em papel timbrado, assinado pelo seu representante legal e por um contador.

3.4.2 - CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL / EXTRAJUDICIAL, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em plena validade.

3.4.3 - Comprovante de recolhimento da garantia de participação na presente licitação no valor **de R\$ 33.209,00 (trinta e três mil duzentos e nove reais)**.

3.4.3.1 A garantia poderá ser comprovada mediante apresentação caução em dinheiro, títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, nos termos do inciso III do art. 31 da Lei 8.666/93.

3.4.3.2 - Quando se tratar de caução em dinheiro a comprovação será feita mediante apresentação de comprovante de depósito no Serviço de Tesouraria Geral / SUFIN/ SEFP - Anexo do Palácio do Buriti, 11º andar, sala 1117, telefone 322-0197, horário de 08:00 às 12:00 e de 14:00 às 17:00. Retirar ofício de encaminhamento na CPL no endereço constante no item 1.3 deste edital e anexar cópia do "DAR", devidamente autenticada no envelope de documentação.

3.4.3.3 - Quando se tratar de caução em seguro-garantia ou fiança bancária ou títulos da dívida pública devidamente averbado por instituição financeira oficial e em plena validade, os documentos deverão constar no envelope de documentação, estando os mesmos devidamente autenticados.

3.4.3.4 – Deverá constar juntamente com a documentação exigida na fase de habilitação, cópia do comprovante de recolhimento de garantia de participação na presente licitação, devidamente autenticada.

3.4.3.5 – Os comprovantes de garantia de participação na presente licitação deverão ter prazo mínimo de 90 (noventa) dias.

3.5 - OUTROS DOCUMENTOS

3.5.1 - Declaração sob as penas da lei, de inexistência de fatos supervenientes impeditivos à licitação (ANEXO).

3.5.2 - Declaração de que trata da proibição do trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) ou de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos, ressaltando que a não apresentação dessa declaração ensejará na inabilitação do licitante. ANEXO.

3.5.3 - Fornecer as informações acerca da pessoa física que deverá firmar o contrato, conforme ANEXO, sob pena de retardamento na contratação.

3.5.4. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte, apresentar declaração de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 (modelo anexo)

3.6 - Para se manifestar em qualquer fase do procedimento licitatório, inclusive interposição ou desistência de recursos, o participante deverá credenciar um representante, se assim o desejar, habilitado nas seguintes formas:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

Folha nº 2794
Processo: 080.007520/2013
Rubrica: Mat. 47.639-0

3.6.1 - Apresentação de procuração, com firma reconhecida ou carta dirigida à CPL, sendo esta acompanhada de cópia do ato de investidura do outorgante, no qual conste expressamente ter poderes para devida outorga, com apresentação da carteira de identidade do outorgado, em separado do envelope de documentação;

3.6.2 - No caso do titular, diretor ou sócio da empresa, apresentar documento que comprove sua capacidade de representar a mesma.

3.7 - A não apresentação ou incorreção do documento de credenciamento não inabilitará o licitante, mas impedirá o representante de se manifestar e responder pela mesma.

3.8 - A falta de qualquer dos documentos mencionados no presente Edital e Anexos, acarretará a inabilitação do licitante, ressalvado o documento previsto no subitem 3.6.

3.9 - Os documentos apresentados em papel de "fac-símile" (FAX), não serão considerados pela Comissão, ressalvadas as declarações da desistência à interposição de recursos.

3.10 - Os documentos ou publicações em órgão da imprensa oficial que contenham informação exigida no edital poderão ser apresentados no original ou em cópias autenticadas, por autoridade competente ou por membro desta Comissão Permanente de Licitação. Não haverá autenticação, pelos membros da Comissão, dos documentos relativos a esta licitação no dia da reunião para recebimento dos respectivos envelopes, devendo essa autenticação ser proferida em dia anterior à licitação.

3.11 - Quando não houver prazo estabelecido pelo órgão competente expedidor, o documento terá validade de 90 (noventa) dias contados da data de sua expedição.

4 - DA HABILITAÇÃO

4.1. - Os licitantes, na hora, dia e local fixados neste Edital, deverão entregar sua documentação e proposta em envelopes distintos numerados, Nº.01- DOCUMENTAÇÃO e Nº.02- PROPOSTA DE PREÇOS, fechados, contendo, obrigatoriamente, na parte externa e frontal, além da razão social do proponente, os seguintes dizeres: SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA Nº.--,SE - CPL, DATA--/--/----, HORA--:--.

4.2. - É vedada, após o recebimento dos envelopes, a inclusão de informações ou documentos que deveriam constar originariamente nos mesmos.

4.3. - Após o Presidente da Comissão Permanente de Licitação, declarar encerrado o prazo para recebimento dos envelopes, nenhum outro será aceito.

4.4. - Abertos os envelopes contendo a documentação, esta será conferida e rubricada pelos membros da Comissão e pelos licitantes ou por delegados designados para tal fim.

4.5. - Das reuniões para recebimento e abertura dos documentos de habilitação e abertura das propostas serão lavradas atas circunstanciadas e distintas, na qual serão consignadas todos os licitantes, os documentos e as propostas apresentadas, as reclamações e impugnações feitas, bem como as demais ocorrências que interessarem ao julgamento da licitação. As atas serão assinadas pela Comissão e por todos os licitantes presentes.

4.6. - Caso a Comissão Permanente de Licitação julgue necessário, poderá suspender a reunião a fim de que tenha melhores condições de analisar os documentos apresentados, marcando, posteriormente, nova data e horário em que será apresentado o resultado da habilitação, procedendo a publicação, na imprensa oficial.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

Folha nº 2795
Processo: 080.007520/2013
Rubrica: Mat. 47.639-0

4.7. - Ocorrendo interrupções, os envelopes contendo as propostas de preços serão lacrados e rubricados pelos membros e licitantes presentes, ficando sob a guarda da CPL.

4.8 - Concluída a fase de habilitação serão restituídos aos licitantes inabilitados, mediante recibo, os respectivos envelopes de proposta de preços.

4.9 - Desde que não exista qualquer impugnação ou recurso pendente de julgamento, bem como, se todos os licitantes participantes manifestarem desistência expressa de interpor recurso, intenção esta que deverá constar da ata a ser lavrada e assinada por todos os credenciados pelos licitantes, passar-se-á imediatamente à fase de julgamento da proposta de preços.

4.10 - Na hipótese de recurso, os envelopes contendo as propostas permanecerão em poder da Comissão Permanente de Licitação, fechados e devidamente rubricados pelos presentes, até a data marcada para abertura dos mesmos.

4.11 - Transcorrido o prazo recursal sem a respectiva interposição, ou ainda, após o julgamento de eventuais recursos interpostos a Comissão fará comunicação aos licitantes, indicando a hora, data e local designados para a realização da sessão onde se procederá a abertura dos envelopes n.º 02 - PROPOSTA DE PREÇOS.

4.12 - A ata da reunião será franqueada aos licitantes para os registros que julgarem necessários e assinatura.

4.13 - A inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subseqüentes.

4.14 - Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de até 8 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação ou de outras propostas, escoimadas das causas que determinaram a inabilitação ou a desclassificação.

4.15 - É vedada a retirada das propostas de preços após a fase de habilitação, salvo motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão nos termos do art. 40, VI c/c art. 43 § 6º da Lei 8.666/93.

5 - DA PROPOSTA

5.1. - A proposta de preços deverá ser elaborada atendendo as seguintes exigências:

5.1.1 - ser datilografada, em língua portuguesa sem emendas, rasuras ou entrelinhas, datada, assinada na última folha e rubricada nas demais e ser entregue na hora, dia e local determinados no edital;

5.1.2 - conter o nome do proponente, endereço, suas características e identificação individual ou social;

5.1.3 - conter o preço global expresso em algarismos e por extenso, em moeda nacional (real), sendo que a terceira casa decimal, eventualmente constante da proposta, será desconsiderada na ocasião do julgamento;

5.1.4 - Abertas as propostas, os preços serão considerados inalteráveis e neles deverão estar incluídas todas as despesas com impostos, custos, taxas, fretes, despesas com canteiro de obras, material, equipamentos e ferramentas, mão-de-obra,



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

Folha nº 2796
Processo: 080.007520/2013
Rubrica: Mat. 47.639-0

benefícios e despesas indiretas (BDI) adotados, seguros, todos os tributos incidentes e demais encargos necessários para a entrega da obra e/ou serviços concluídos e de acordo com as especificações e projetos apresentados aos licitantes;

5.1.5 – A licitante deverá apresentar Planilha Orçamentária por ela elaborada (ANEXO), detalhada, contendo os itens referentes aos serviços e obras que compõem o valor total proposto. Essa Planilha Orçamentária servirá de base para análise do valor total proposto e elaboração do Cronograma Físico-Financeiro;

5.1.6 – A licitante deverá apresentar Cronograma Físico-Financeiro (ANEXO) provisório com parcelas de pagamentos, com espaçamento de 30 (trinta) dias corridos e de conformidade com a proposta;

5.1.7 – Todos os licitantes deverão apresentar, como parte integrante de sua proposta, composições analíticas de custos unitários de serviços, tipo simplificada, para todos os itens constantes na planilha, obedecendo às especificações estabelecidas para os serviços no projeto e/ou especificações, que demonstrem a viabilidade técnica e econômica do valor proposto, assim como demonstrativo dos encargos sociais de mão de obra aplicados nas composições de preços unitários da licitante e a composição do BDI (Bonificações e Despesas Indiretas) proposto.

5.1.7.1 – A não apresentação do demonstrativo dos encargos sociais, da composição do BDI, bem como do relatório das composições de preços unitários ou a apresentação com omissões de itens em desacordo com a planilha orçamentária, acarretará a desclassificação da proposta.

5.1.8 - conter prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta), dias corridos, contado da data fixada no subitem 1.1 para sua entrega;

5.1.9 - O prazo de execução dos serviços será de 270 (duzentos e setenta) dias corridos, contados a partir da expedição da Ordem de Serviço pela Coordenação de Infraestrutura.

5.1.10 - Especificar o valor do ISS compreendido no preço, conforme estabelece o Art. 10 do Dec. 14.122, de 19/08/92.

5.2 - Serão desclassificadas as propostas que não satisfaçam as características básicas especificadas neste Edital.

5.2.1 - Quando se tratar de licitantes de outras cidades deverá ser informado o nome, endereço e telefone do representante nesta capital, se existir.

5.3 - O preço proposto será de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração do mesmo.

5.4 - Serão desclassificadas as propostas que apresentarem composição de preços unitários incompatíveis com o mercado.

5.5 – Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação”, como previsto no inciso I do Artigo 48 da lei 8.666/93.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

Folha nº 2797
Processo: 080.007520/2013
Rubrica: Mat. 47.639-0

6 - DO JULGAMENTO

6.1 - Somente os licitantes habilitados passarão à fase de julgamento das propostas, que compreenderá a análise dos elementos contidos no envelope nº. 02 "PROPOSTA DE PREÇOS".

6.2 - Não serão admitidos quaisquer acréscimos, supressões, retificações ou desistências de propostas depois de apresentadas, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Permanente de Licitação.

6.3 - No julgamento das propostas, atendidas todas as condições estabelecidas neste edital e seus anexos, será adotado o critério de menor preço global.

6.3.1 - A classificação entre os licitantes considerados qualificados se dará pela ordem crescente dos preços propostos.

6.3.2. Será vencedora do certame a licitante que apresentar o menor preço global para execução da obra/serviços e atender a todas as exigências do Edital.

6.4 - Será desclassificada a proposta que apresentar preço global superior a:

6.4.1- R\$ 3.320.907,49 (três milhões, trezentos e vinte mil, novecentos e sete reais, quarenta e nove centavos)

6.4.2-O valores citados nos item anterior referem-se aos preços estabelecidos em planilha orçamentária elaborada pela Gerência de Orçamento de Obras/GEOB

6.4.3 com preços manifestamente inexeqüíveis.

6.4.3.1 – Será ofertado a licitante o direito de comprovar a exeqüibilidade da proposta de preços quando essa for considerada inexeqüível.

6.5 – Será desclassificada a proposta que apresentar preço unitário superior a 10% (dez por cento) dos preços unitários constantes da Planilha Orçamentária da Secretaria de Estado de Educação ou com preços manifestamente inexeqüíveis.

6.6 - Ocorrendo empate de preços será esse dirimido, exclusivamente, por meio de sorteio a ser realizado em ato público, do qual todos os licitantes serão intimados, devendo ser observado o disposto no art. 45, § 2º e art. 3º § 2º da lei 8.666/93.

6.7 - As propostas cujas planilhas orçamentárias apresentarem erros de cálculos serão corrigidas pela Gerência de Orçamento de Obras/GEOB, na forma seguinte:

6.7.1 - No caso de discordância entre o preço unitário e o total resultante de cada item, prevalecerá o primeiro e, ocorrendo divergência entre o valor expresso em algarismos e por extenso, prevalecerá o último, fazendo-se as correções correspondentes.

6.8- Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes, nem se admitirá proposta que apresente preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero.

6.9 - Concluído o julgamento das propostas, transcorrido o prazo recursal e decididos os recursos eventualmente interpostos, será o processo submetido à Unidade de Administração Geral



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

Folha nº 2798
Processo: 080.007520/2013
Rubrica: Mat. 47.639-0

7 - DOS RECURSOS

7.1 - Dos atos da Administração que resultarem a habilitação ou inabilitação de licitante e julgamento das propostas, caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, com efeito suspensivo, a contar da intimação do ato ou da lavratura da Ata, na forma deste Edital e da Lei nº 8.666/93.

7.2 - Dos atos da Administração que resultarem anulação ou revogação desta licitação, caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem efeito suspensivo, a contar da intimação do ato, na forma deste edital e da Lei 8.666/93.

7.3 - A interposição de recursos após a fase de habilitação, observados os tipos de licitação, ficarão adstritos ao âmbito da controvérsia.

7.4 - Será publicado no Diário Oficial o resultado da habilitação e julgamento das propostas quando todos os prepostos dos licitantes não estiverem presentes no ato em que for adotada a decisão, serão, também, publicados no mesmo órgão de imprensa os atos de Administração de que resultem a anulação ou revogação desta licitação.

7.5 - O recurso deverá ser:

7.5.1 - Datilografado e devidamente fundamentado e assinado;

7.5.2 - Endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação e protocolado na GTP/SE/DF;

7.5.3 - Interposto pelo representante legal, devidamente credenciado, através da apresentação do instrumento de procuração ou documentação equivalente.

7.6 - A interposição de recurso será comunicada aos demais licitantes que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, poderão impugná-la, abrindo-se-lhes vistas ao processo.

7.7 - É defeso a qualquer licitante tentar impedir o curso normal do processo, mediante a utilização de meios meramente protelatórios, sujeitando-se seu autor às sanções legais e administrativas aplicáveis.

7.8 - Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei nº 8.666/93, devendo protocolizar o pedido na GTP/SE até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder a impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no parágrafo primeiro do artigo 113 da mesma lei. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

7.9 - Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação, nos termos do artigo 41 parágrafo 2º da Lei 8.666/93. Nessa hipótese a comunicação a respeito das falhas ou irregularidades que viciaram esse edital não terá o efeito de recurso.

7.10 - O recurso somente será conhecido se interposto dentro do prazo.

7.11 - Na contagem dos prazos recursais excluir-se-á o dia do começo e incluir-se-á o do vencimento do prazo. Se este recair em dia sem expediente na SE/DF, o término ocorrerá no primeiro dia útil subsequente.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

Folha nº 2799
Processo: 080.007520/2013
Rubrica: Mat. 47.639-0

7.12 - Na hipótese do item 7.1, o recurso será dirigido à Subsecretaria de Administração Geral, por intermédio do Presidente da Comissão Permanente de Licitação, o qual poderá reconsiderar a sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo fazê-lo subir, devidamente informado. Neste caso, a decisão será proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso.

7.13 - Os pedidos de reconsideração de decisões da Administração, bem como de representação de decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, que não caibam recurso hierárquico, serão em conformidade com o disposto nos incisos II e III do artigo 109 da Lei de Licitações.

Inciso II – Representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

Inciso III – pedido de reconsideração, da decisão de Ministro de Estado, ou Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, na hipótese do § 4º do art, 87 da Lei 8.666/93, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato.

7.14 – Na fluência dos prazos para interposição de recurso, representação ou impugnações, o processo ficará na Comissão Permanente de Licitação, localizada na no SGAN 607, Projeção “D”, sala 309, onde as licitantes poderão ter vista dos autos.

7.15 – Somente poderão recorrer, impugnar recurso ou edital e interpor recurso ou requerer certidões o representante legal, mandatário constituído ou pessoa expressamente credenciada pela licitante.

7.16 – Os recursos, impugnações ou representações não serão conhecidos quando: apresentados fora do prazo; entregues em local diverso do indicado; bem como quando não conter: nome e endereço da licitante, data e assinatura, menção do cargo e nome do signatário; a indicação objeto da petição; a descrição clara dos atos e documentos questionados; a fundamentação do pedido; instrumento público ou particular de procuração ou contrato social, que credencie o peticionário.

8 - DO CONTRATO

8.1 - O contrato será regido pela Lei 8.666/93, sofrendo aplicação supletiva do Código Civil Brasileiro e da Teoria Geral dos Contratos, sendo obrigatória a instrumentalização do pacto de vontades nos termos do modelo constante do ANEXO a este edital, quando, então, o adjudicatário será convocado para assinar o respectivo instrumento no prazo de 5 (cinco) dias úteis, podendo este prazo ser prorrogado uma única vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em Lei e neste edital.

8.2 - A garantia do contrato corresponderá a 5% (cinco por cento) do seu valor, prestada integralmente na assinatura do respectivo instrumento, junto à Gerência de Contratos - GCON/SE-DF, e, à escolha do contratado, mediante caução em dinheiro ou títulos de dívida pública, seguro garantia ou fiança bancária, cujo valor será atualizado nas condições contratualmente previstas, na forma do art 56.

Art. 56. A critério da autoridade competente, em cada caso, e desde que prevista no instrumento convocatório, poderá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras.

§ 1º Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:
[\(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994\)](#)



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

Folha nº 2800
Processo: 080.007520/2013
Rubrica: Mat. 47.639-0

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda; ([Redação dada pela Lei nº 11.079, de 2004](#))

II - seguro-garantia; ([Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994](#))

III - fiança bancária. ([Redação dada pela Lei nº 8.883, de 8.6.94](#))

§ 4º A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

8.3 - A garantia a que se refere o item anterior deverá ser efetivamente prestada no prazo de até 05 dias corridos da convocação do licitante para assinatura do contrato, sob pena de ser declarada a inexecução total da obrigação assumida, com a aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

8.4 - A vigência do presente contrato será **de 780 (setecentos e oitenta) dias** corridos a partir da assinatura do contrato.

8.5 - Farão parte integrante do Contrato, todos os elementos apresentados pelo licitante vencedor que tenham servido de base para julgamento da licitação, bem como as condições estabelecidas neste edital, independente de transcrição.

8.6 - Caberá à contratante providenciar a publicação resumida do instrumento de contrato e de seus eventuais termos aditivos, no Diário Oficial do DF, nos termos do parágrafo único do artigo nº 61 da Lei 8666/93.

8.7 - A Contratação poderá ter seus prazos de execução ou conclusão prorrogados, na ocorrência de qualquer dos motivos dispostos no parágrafo primeiro do artigo 57 da Lei 8666/93, desde que justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente (§2º, art.57, Lei 8.666/93).

8.8 - A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a obra executada em desacordo com o estabelecido no contrato ou em ordens de serviço.

8.9 - Será designado um executor para o Contrato para em nome da Contratante coordenar a execução dos serviços ora licitados junto à Contratada, ao qual serão incumbidas as atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil vigentes.

8.10 - É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

8.11 - **O prazo de execução dos serviços será de 270 (duzentos e setenta) dias corridos**, contados a partir da expedição da Ordem de Serviço pela Coordenação de Infraestrutura.

8.12 - O prazo para início das obras e serviços será de até 5 (cinco) dias corridos contado da data de recebimento da respectiva ordem de serviço.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**

Folha nº 2801
Processo: 080.007520/2013
Rubrica: Mat. 47.639-0

8.13 - As obras serão recebidas provisoriamente mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes no prazo de 15 (quinze) dias da comunicação escrita da contratada. Quando do recebimento provisório, obrigatoriamente deverá estar concluída a execução do objeto contratual.

8.14 - As obras/serviços serão recebidos definitivamente pela Contratada mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de 90 (noventa) dias do recebimento provisório, suficientes para a vistoria que comprove a adequação das obras aos termos do contrato.

9 - REAJUSTE

9.1 - Não haverá reajuste de valores, cuja periodicidade de aplicação seja inferior a 01(um) ano.

9.2. - A variação de preços para efeito de reajuste anual será medida pelo índice INCC (Índice Nacional da Construção Civil) apurado durante o período ou aquele que vier a substituí-lo.

9.3. - O critério de reajuste, deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, que reflitam a variação dos insumos utilizados, a partir da data limite para apresentação das propostas, conforme art. 3º, § 1º, da Lei nº 10.192/2001.

9.4. - Quando o período de 01 (um) ano for ultrapassado por desídia da contratada, esta não terá direito a reajustamento, nem tampouco realinhamento de preços, e ainda, quando a justificativa apresentada não for aceita pela Administração, tal fato ensejará a rescisão unilateral do contrato por inadimplemento contratual.

10 - DA ALTERAÇÃO

10.1- O presente contrato poderá ser alterado, nos seguintes casos:

10.1.1- Unilateralmente pela Administração:

10.1.1.1 - Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

10.1.1.2 - Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por Lei;

10.1.2- Por acordo das partes:

10.1.2.1 - Quando conveniente a substituição da garantia de execução;

10.1.2.2 - Quando necessária a modificação do regime de execução;

10.1.2.3 - Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de execução da obra ou serviço;

10.1.2.4 - Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra ou serviço, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis,



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

Folha nº 2802
Processo: 080.007520/2013
Rubrica: Mat. 47.639-0

retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual.

10.2- A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato e, no caso particular de reforma de edifício, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.

10.3- Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no item anterior.

10.4- No caso de supressão de obra ou serviço, se o contratado já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pela Administração pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente corrigidos, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

10.5- Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridos após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

10.6- Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos do contratado, a Administração restabelecerá por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

10.7- A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto neste instrumento contratual, as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do contrato e serão registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

11 - DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

11.1 - Os prazos de início de etapas de execução e de conclusão admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

11.1.1 - Alteração do projeto ou especificação, pela Administração;

11.1.2 - Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

11.1.3 - Interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;

11.1.4 - Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei 8.666/93;

11.1.5 - Impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

11.1.6 - Omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

Folha nº 2803
Processo: 080.007520/2013
Rubrica: Mat. 47.639-0

na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

11.2- A prorrogação de que trata este item, deverá ser solicitada com a devida justificativa, até o 5º (quinto) dia útil antes do término do prazo pactuado, cabendo ao titular da unidade promotora da licitação autorizá-la, através de ato motivado, até o 2o. (segundo) dia útil antes de expirar o prazo a ser prorrogado, observado o disposto no item 14 desta Concorrência.

12 - DA RESCISÃO DO CONTRATO

12.1- Pela ocorrência de algum dos motivos abaixo elencados, poderá o contratante rescindir unilateralmente o presente instrumento contratual, mediante notificação entregue diretamente a contratada ou por via postal em Aviso de Recebimento (AR).

12.1.1 - Não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

12.1.2 - Cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

12.1.3 - Lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra ou serviço, nos prazos estipulados;

12.1.4 - Atraso injustificado no início da obra ou serviço;

12.1.5 - Paralisação da obra ou serviço sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

12.1.6 - Subcontratação total do seu objeto, associação da contratada com outrem, cessão ou transferência total ou parciais, bem como fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste Contrato e subcontratação parcial .

12.1.7 - Desatendimento das determinações regulamentares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;

12.1.8 - Cometimento reiterado de falhas na sua execução anotadas na forma do Parágrafo 1º do Artigo 67 da Lei 8.666/93, republicada no DOU em 06.07.94;

12.1.9 - Decretação de falência ou instauração de insolvência civil.

12.1.10 - Dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

12.1.11 - Alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa, que prejudique a execução deste contrato;

12.1.12 - Razões de interesse Público, de alta relevância e amplo conhecimento justificadas e determinadas pela alta esfera administrativa a que está subordinada a contratante e exaradas no processo administrativo que se refere o contrato;

12.1.13 - Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste contrato;

12.1.14 – Constitui uma das causas para rescisão contratual o descumprimento do disposto no Inciso V do art. 27, da Lei 8.666/93, sem prejuízos das sanções penais cabíveis.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

Folha nº 2804
Processo: 080.007520/2013
Rubrica: Mat. 47.639-0

12.2 - De conformidade com o Artigo 79, da Lei 8.666/93, republicada no DOU em 06/07/94, este contrato poderá ser rescindido:

12.2.1 - Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

12.2.2 - Judicialmente, nos termos da legislação;

12.3 - A rescisão Administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

12.4 - Quando a rescisão ocorrer com base no inciso XII a XVI do Artigo 78 da Lei 8.666/93 sem que haja culpa da contratada, será ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

12.4.1 - Devolução da garantia;

12.4.2 - Pagamento devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão;

12.4.3 - Pagamento do custo da desmobilização.

12.5 - Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente por igual tempo;

12.6 - Em conformidade com o Artigo 80, da Lei 8.666/93, e suas alterações posteriores, a rescisão de que trata o Inciso I do Artigo 79, (item 12.1) acarreta as seguintes conseqüências, sem prejuízos das sanções previstas na citada Lei:

12.6.1 - Assunção imediata do objeto do Contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

12.6.2 - Ocupação e utilização do local, instalação, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do Contrato, necessário à sua continuidade, na forma do Inciso V do Artigo 58 da Lei 8.666/93, republicada no DOU em 06/07/94;

12.6.3 - Execução da garantia contratual, para ressarcimento à Administração e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;

12.6.4 - Retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

12.7 - A aplicação das medidas previstas nos subitens 12.6.1 e 12.6.2 do item 12.6, fica a critério da Administração que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

12.8 - Na hipótese do subitem 12.6.2 do item 12.6, o ato deverá ser precedido de autorização expressa da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

12.9 - Do ato que rescindir o contrato por algum dos motivos a que se refere o Inciso I do Art. 79 da Lei n.º 8.666/93, caberá recurso, sem efeito suspensivo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato, nos termos do Artigo 109, da Lei referida.

12.10 - A eventual rescisão da contratação processar-se-á nos termos previstos pelos arts. 78 a 80 da Lei 8.666/93, sempre de forma motivada, segundo o que prevê o parágrafo único do art. 78 do aludido diploma legal, cabendo recurso administrativo, devendo ser apresentada no



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**

Folha nº 2805
Processo: 080.007520/2013
Rubrica: Mat. 47.639-0

prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação, nos termos do art 87 da Lei 8.666/93.

13 - DA FISCALIZAÇÃO E SUPERVISÃO DA OBRA

13.1 - O Distrito Federal, por meio da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal designará 02 (dois) executores para o(s) contrato(s), sendo um titular e um suplente, que desempenharão as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, vigentes.

14 - DO RECEBIMENTO DA OBRA

14.1 - O Recebimento da Obra dar-se-á da seguinte forma:

14.1.1 - Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da contratada devidamente protocolada na Gerência de Trâmite Processual/GTP, e mediante a entrega dos seguintes documentos à Gerência de Acompanhamento e Fiscalização de Obras/GERAF;

14.1.1.1 - Um jogo de cópias dos projetos de arquitetura (contendo todas as modificações havidas no projeto executivo) devidamente registrado no CREA, aprovado pelos órgãos competentes, com as respectivas modificações, caso tenha havido;

14.1.1.2 - Originais de todos os projetos complementares solicitados nas especificações técnicas;

14.1.2 - Definitivamente, por comissão designada pela COINF, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes no prazo de até 90 (noventa) dias do recebimento provisório, observado o disposto no Art. 69 da Lei nº 8.666/93, republicada no DOU em 06/07/94.

14.2 - A Garantia Contratual somente será liberada após o recebimento definitivo da obra ou serviço.

14.3 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, dentro dos limites estabelecidos pela lei e pelo presente instrumento contratual.

14.4 - O recebimento definitivo, não exclui a responsabilidade da contratada quanto a apresentação da documentação a que se referem os artigos 51, 56 e 158 da Lei nº 2.105/98, em conformidade com a natureza da obra.

14.5 - O recebimento definitivo de obras e serviços de engenharia está condicionado à comprovação, pelo contratado, do recolhimento das contribuições trabalhistas e previdenciárias devidas.

15 - DAS PENALIDADES

15.1 - Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições da presente Licitação, serão aplicadas as penalidades estabelecidas no Decreto 26.851/2006, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº. 103 de 31 de maio de 2005, pág. 05 a 07, que regulamentou a aplicação das sanções administrativas previstas nas Leis Federais Lei nº 8.666/93 e alterações introduzidas pelos Decretos nº 26.993/2006 e 27.069/2006, ressaltando que no caso de aplicação de multas deverão primeiramente ser descontadas da garantia do respectivo contratado, conforme disposto § 2º do Art. 86 da Lei de Licitações e Contratos.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

Folha nº 2806
Processo: 080.007520/2013
Rubrica: Mat. 47.639-0

15.2 - A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritiva de direitos pelo não cumprimento das normas previstas neste edital e dos contratos dele decorrente, em face do disposto nos arts. 81, 86, 87 e 88 da Lei 8.666/93, serão obedecidos no âmbito da Administração Direta, Autárquica, Fundacional e das Empresas Públicas do Distrito Federal, às normas estabelecidas no referido Decreto Distrital contido no **Anexo** deste edital.

16 - DO PAGAMENTO

16.1 - O pagamento será de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro, a ser aprovado pela Gerência de Acompanhamento e Fiscalização de Obras/GERAF, devendo somente ser efetuado em moeda nacional (real), após a aferição de cada etapa da obra e/ou serviço, objeto da presente Concorrência, e o recolhimento pela Contratada de qualquer multa que lhe tenha sido imposta em decorrência de atraso na execução do contrato ou inexecução contratual.

16.1.1 – Cronograma de desembolso máximo por período, em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros.

16.1.2 – Compensações financeiras e penalizações, por eventuais atrasos, e descontos, por eventuais antecipações de pagamentos.

16.2 - O pagamento será efetuado, em até 10 dias úteis, após o recebimento da Nota Fiscal, exclusivamente, mediante crédito em conta, em nome da firma vencedora, junto ao Banco de Brasília S.A.-BRB,, para licitantes domiciliados no Distrito Federal, nos termos do Decreto nº 32.767/2011 - DF.

16.3 - Na ocasião do pagamento a contratada deverá apresentar provas de regularidade relativas à SEGURIDADE SOCIAL (CND), FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO (FGTS) e, para com a FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, em plena validade, podendo ser aceita além da CND, em caso de impossibilidade de sua emissão, também Certidão Positiva com efeito de Negativa. Deverá apresentar também a comprovação de recolhimento dos encargos sociais, mês a mês, relativamente à folha de empregados.

16.4 - O pagamento da primeira nota fiscal/fatura ficará condicionada a apresentação da seguinte documentação:

16.4.1 – Licenciamento da obra de reforma ou serviço expedido pelo DLFO (Divisão de Licenciamento e Fiscalização de Obras) ou DRLFO (Divisão Regional de Licenciamento e Fiscalização de Obras); de acordo com o requerido no caso.

16.4.2 - matrícula da obra ou serviço no INSS;

16.4.3 - relação de empregados - RE;

16.4.4 - guias de recolhimento dos encargos sociais, trabalhistas e tributários;

16.4.5 - A.R.T. (Anotação do Responsável Técnico) - CREA/DF da obra ou serviço.

16.5 - A Contratada deverá emitir o documento de cobrança expresso em reais.

16.6 - A liberação da última fatura, somente será efetuada após o recebimento provisório da obra e/ou serviço e a apresentação da guia de quitação das taxas de energia elétrica e água, se for o caso, bem como as relativas aos encargos da Seguridade Social.

16.7 – Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento, de acordo com a variação *pró-rata tempore* do IPCA.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

Folha nº 2807
Processo: 080.007520/2013
Rubrica: Mat. 47.639-0

16.8 – O pagamento a empresa com sede ou domicílio do Distrito Federal, referente a créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil, reais), será feito exclusivamente mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB, nos termos do Decreto nº 32.767/2011 – DF.

16.8.1 Ficam excluídas do exposto no item 16.8:

16.8.1.1 - os pagamentos a empresas vinculadas ou supervisionadas pela Administração Pública federal;

16.8.1.2 - os pagamentos efetuados à conta de recursos originados de acordos, convênios ou contratos que, em virtude de legislação própria, só possam ser movimentados em instituições bancárias indicadas nos respectivos documentos;

16.8.1.3 - os pagamentos a empresas de outros Estados da federação que não mantenham filiais e/ ou representações no DF e que venceram processo licitatório no âmbito deste ente federado.

17 - DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 - Fazem parte integrante desta Concorrência, os seguintes Anexos:

17.1.1 - Projetos, desenhos, especificações e normas de execução;

17.1.2 - Modelos de formulários, declarações e planilhas (ANEXOS MERAMENTE EXEMPLIFICATIVOS)

17.1.3 – Planilha de preços e demais projetos (disponibilizada em CD ROM).

17.2 - A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

17.3 - É facultada à Comissão Permanente de Licitação ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório, bem como vistoriar as instalações das concorrentes, vedada a inclusão posterior de documentos.

17.4 - A Comissão Permanente de Licitação poderá sugerir a desclassificação de propostas por ato fundamentado, sem direito à indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, caso se comprove posteriormente fato existente à época do julgamento, que desabone a capacidade financeira, técnica ou a idoneidade do licitante adjudicado.

17.5 - A Comissão Permanente de Licitação poderá recorrer a setores técnicos internos e externos, a fim de obter parecer que possibilite melhor julgamento das propostas.

17.6 - Nenhuma indenização será devido aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentos relativos a esta licitação.

17.7 - A Comissão Permanente de Licitação, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais, observadas na documentação e propostas, passíveis de serem sanadas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas depois de encerrada a reunião de abertura desta licitação, desde que não contrariem a legislação vigente, não comprometam sua lisura e não venham em prejuízo dos demais licitantes.

17.8 - A participação nesta licitação implica na aceitação, plena e irrevogável, desta Concorrência e seus Anexos.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

Folha nº 2808
Processo: 080.007520/2013
Rubrica: Mat. 47.639-0

17.9 - Todo e qualquer pedido de alteração no caderno de especificação oriundo desta licitação, será dirigido à Gerência de Acompanhamento e Fiscalização de Obras/GERAF /SE-DF, protocolado e fundamentado, cabendo à mesma a análise do mérito e encaminhamento à Subsecretaria de Administração Geral/SUAG-SEEDF para o deferimento ou não do pedido.

17.10 - O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

17.11 - Os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto desta Concorrência correrão por conta da contratada e deverão ser apresentados, quando solicitados, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

17.12 - Qualquer dúvida relativa a esta Concorrência, às especificações e projetos será dirimida durante o horário normal de expediente, pela Gerência de Projetos/GEPRO/SE-DF, na sala 224 segundo andar, no SGAN 607 PROJEÇÃO "D", Fone : 3901-2362.

17.13 - Todos os materiais de demolições que forem retirados da obra ou serviço, depois de conferidos pela fiscalização, deverão ser entregues no depósito da SE-DF, no Setor de Indústria e Abastecimento-SIA, ou na Diretoria Regional de Ensino, de acordo com a fiscalização.

17.14 - Será de responsabilidade da contratada as placas de identificação da obra.

17.15 - Na hipótese de não haver expediente na data marcada para a abertura da presente Concorrência, serão recebidos, simultaneamente, os envelopes contendo a documentação de habilitação e proposta de preços no primeiro dia útil subsequente.

17.16 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

17.17 – Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente na SEE-DF.

17.18 – Está vedado o NEPOTISMO na esfera do Poder Executivo do Distrito Federal conforme Decreto Distrital nº 32.751/2011:

17.18.1 É vedado que pessoa jurídica, cujo administrador, proprietário ou sócio com poder de direção seja familiar de agente público, preste serviços ou desenvolva projeto no órgão ou entidade da administração pública do Distrito Federal em que este exerça cargo em comissão ou função de confiança por meio de:

- I – contrato de serviço terceirizado;
- II – contratos pertinentes a obras, serviços e à aquisição de bens;
- III – convenções e os instrumentos equivalentes.”

17.18.2 Para fins do disposto acima, considera-se:

- I – Nepotismo: a nomeação de familiar para o exercício de cargo em comissão ou de confiança no âmbito do Poder Executivo;
- II - familiar: cônjuge, companheiro (a) ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, inclusive;
- III - autoridade administrativa: Governador e Vice-Governador.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**

Folha nº 2809
Processo: 080.007520/2013
Rubrica: Mat. 47.639-0

17.19 - Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate a Corrupção coordenada pela Controladoria Geral do Distrito Federal, por meio do Telefone: 0800-6449060. (Decreto Distrital n.º 34.031/2012).

17.20 – Fica vedado a utilização de conteúdo contendo atos discriminatórios contra a mulher, ou que incentive a violência e exponha a mulher a constrangimento homofóbico, o que a exponha a qualquer tipo de discriminação, conforme preceitua a lei distrital 5.448/2015.

17.21 - Para dirimir quaisquer questões oriundas deste instrumento fica eleito o foro da cidade de Brasília/DF, com exclusão de qualquer outro.

17.22 – Integram o presente Edital os seguintes documentos: Projeto Básico e Executivo Caderno de Especificações da Obra, Orçamento detalhado em planilha, Projetos de Arquitetura e Projetos Complementares, que serão fornecidos aos licitantes em meio magnético no momento da retirada do Edital.

Brasília – DF, / /2017

JAIRO PEREIRA MARTINS
Comissão Permanente de Licitação
Presidente



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**

Folha nº 2810
Processo: 080.007520/2013
Rubrica: Mat. 47.639-0

ANEXO

PROJETO BÁSICO

I. Origem:

Termo de Compromisso **PAC 203191/2012** firmado pelo Senhor Secretário de Estado de Educação do DF, comprometendo-se a executar as ações relativas a unidade(s) de educação infantil no âmbito do PAC 2 – Programa de Aceleração do Crescimento, de acordo com as especificações do(s) projeto(s) fornecido(s) ou aprovado(s) pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, conforme documentação acostada às **fls. 02/08**.

II. Objeto:

Obra de construção de Centro de Educação da Primeira Infância – CEPI, Creche Tipo B, com 08 (oito) salas de aula, a ser localizado **na QS 415, Área Especial 01 - RA XII – Samambaia/DF**, Cadastramento no FNDE/SIMEC nº **048**.

III. Justificativa:

A Constituição Federal, em seu artigo 227, prevê como dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à educação.

O artigo 205 da Carta Magna dispõe que a educação é direito de todos e dever do Estado, como fito de proporcionar o desenvolvimento integral da pessoa, seu exercício de cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Não obstante, garante o artigo 206, como um dos princípios constitucionais norteadores da promoção do ensino, a igualdade de condições para acesso e permanência na escola e a garantia de padrão de qualidade da educação.

Impende registrar, também, o que preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente, no artigo 4º, que o poder Público tem o dever de assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à educação.

O artigo 53 do referido Estatuto, preceitua que a criança e o adolescente têm o direito à educação, sendo-lhes assegurada igualdade de condições para o acesso e permanência em escola pública e gratuita próxima de sua residência.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**

Folha nº 2811
Processo: 080.007520/2013
Rubrica: Mat. 47.639-0

A Resolução CD/FNDE nº 69 de 28 de novembro de 2011, fls. 09/21, estabelece os critérios de transferência automática de recursos a municípios, estados e ao Distrito Federal, a título de apoio financeiro, para construção de unidades de educação infantil – Proinfância no âmbito do Plano de Aceleração do Crescimento – PAC 2.

Nesse sentido a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, representada pelo Secretário de Educação, Júlio Gregório Filho, considerando o que dispõe a Lei nº 11.578 de 26/11/2007, compromete-se a executar as ações relativas à construção de unidades de educação infantil, no âmbito do PAC 2, de acordo com as especificações do projeto fornecidos ou aprovados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, conforme estabelecido no Termo de Compromisso PAC 203191/2012.

Atendendo ao exposto encaminhamos para contratação por meio de procedimento licitatório a obra objeto do presente Projeto Básico.

IV. Meta Física:

Dotar a Rede Pública de Ensino do Distrito Federal de creche/escola infantil modelo PROINFÂNCIA, tipo B padronizado pelo FNDE, na Região Administrativa de Samambaia.

V. Documentação Técnica:

O FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação fornece:

- Caderno Técnico – Implantação da Escola de Ensino Infantil, fls. 32/172;
- Caderno de Encargos – Anexo I: Especificações de Materiais, fls. 173/226;
- Manual de Projeto – Projeto Executivo, fls. 229/355;
- Manual de Uso da Marca do Governo Federal – Obras, fls. 356/369;
- Caderno de Detalhes – Projeto Executivo – Arquitetura, fls. 370/452;
- Projeto Tipo B – Arquitetura – AR 01 a 12 – fls. 455/466;
- Instalações de Água Fria - respectivos projetos – AF 01 a 04 – fls. 467/470;
- Instalações de Águas Pluviais - respectivos projetos – AP 01 a 02 – fls. 471/472;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

Folha nº 2812
Processo: 080.007520/2013
Rubrica: Mat. 47.639-0

- Instalações de Ar Condicionado - respectivos projetos – AC 01 a 02 – fls. 473/474;
- Instalações de Cabeamento Estruturado - respectivos projetos – CE 01 e 02 – fls. 475/476;
- Instalações de Proteção Contra Incêndio e Pânico - respectivo projeto – IN 01/01 – fl. 477;
- Instalações Elétricas - respectivos projetos – EL 01 a 10 – fls. 478/489;
- Instalações de Esgotos e Sanitários - respectivos projetos – EG 01 a 07 – fls. 490/496;
- Estruturas - respectivos projetos – ES 01 a 28 – fls. 497/526;
- Serviços Geotécnicos - respectivos projetos – FU 01 e 02 – fls. 527/528;
- Instalações de Gás Combustível - respectivo projeto – GC – 01/01 – fls. 529;
- Instalações de SPDA - respectivos projetos PR 01 e 02 – fls. 530/531;
- Instalações de Ventilação Mecânica - respectivo projeto – VM 01/01 – fls. 532;

A Secretaria de Estado de Educação do DF elaborou o Caderno de Especificações e os projetos em relação à implantação e urbanização referentes à construção do Centro de Educação da Primeira Infância a ser localizado **na QS 415, Área Especial 01 - RA XII – Samambaia/DF.**

Documentação técnica fornecida pela SEDF:

- Caderno de Especificações – fls. 533/570;
- ARQ 01/05 — Situação e Locação - fl. 571;
- ARQ 02/05 – Plantas de Urbanização – fl. 572;
- ARQ 03/05 – Topografia – fl. 573;
- ARQ 04/05 – Cortes – fl. 574;
- ARQ 05/05 – Detalhes Gerais – fl. 575;
- Projeto complementar – estrutura – Muro Padrão – EST 01/02, fl. 576;
- Projeto complementar – estrutura – Detalhes viga parquinho, mureta do alambrado e abrigo de filtro - EST 02/02, fl. 577;
- Projeto Complementar – Fundação – FUN 01/01, fl. 578;
- Projeto Complementar – Projeto Hidráulico – Locação e Instalação Hidráulica – HID 01/01, fl. 579;
- Projeto Complementar – Projeto de Rede de Esgoto – Locação Instalação Rede de Esgoto – ESG 01/01, fl. 580;



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**

Folha nº 2813
Processo: 080.007520/2013
Rubrica: Mat. 47.639-0

- Projeto Complementar – Projeto de Águas Pluviais – Locação Instalação Águas Pluviais – AP 01/01, fl. 581;
- Projeto Complementar – Projeto Telefonia – Locação Instalação Telefonia e Dados – TEL 01/01, fl. 582;
- Projeto Complementar – Projeto Elétrico – Locação Instalação Elétrica – ELE 01/01, fl. 583.

As peças técnicas fornecidas pela SEDF são assinadas por técnicos da área de Engenharia e Arquitetura, devidamente registradas no CREA e CAU.

- Equipe Técnica Responsável pela elaboração da documentação:
 - . Autora do Caderno de Especificações, Projetos de Arquitetura e Projetos Complementares: Arquiteta **Lilian Glayna Machado Bezerra, CAU A56616-0;**
 - . Autor dos Projetos Complementares - Estrutura: Engenheiro **Darlan Pastorini Pereira – Matrícula nº 219.791-x – CREA nº 12993/D-DF;**
 - . Autor dos Projetos Complementares – Fundação: Engenheiro **Rafael Alves Monteiro – Matrícula nº 217.827-3 – CREA nº 16208/D-DF.**

VI. Obrigações da Contratante:

Os deveres que cabem à Contratante estão elencados no Caderno de Especificações que estabelece as diretrizes gerais para a execução das obras e serviços de implantação, urbanização e demais serviços constantes das especificações e projetos, referentes à construção de Centro de Educação da Primeira Infância – CEPI, Creche Tipo B, com 08 (oito) salas de aula, a ser localizado **na QS 415, Área Especial 01 - RA XII – Samambaia/DF.**

VII. Obrigações da Contratada:

Os deveres e obrigações da Contratada estão elencados no Caderno de Especificações que determina os materiais e técnicas a serem empregadas na execução das obras e estabelece as diretrizes gerais para a execução das obras e serviços de implantação e urbanização, referentes à construção de Centro de Educação da Primeira Infância – CEPI, Creche Tipo B, com 08 (oito) salas de aula, a ser localizado **na QS 415, Área Especial 01 - RA XII – Samambaia/DF.**

VIII. Do Quantitativo



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**

Folha nº 2814
Processo: 080.007520/2013
Rubrica: Mat. 47.639-0

Construção de Centro de Educação da Primeira Infância – CEPI com 08 (oito) salas de aula, a ser localizado **na QS 415, Área Especial 01 - RA XII – Samambaia/DF.**

IX. Licença Ambiental:

Considerando o estabelecido na Resolução nº 237/1997 do CONAMA em seu Anexo I, que relaciona as atividades ou empreendimentos sujeitos a licença ambiental, verificamos que o tipo de obra objeto dos autos não consta do referido anexo;

Considerando que o item 02.02.000 – demolição, em seus subitens “b” e “c” do caderno de especificações, os quais atendem as normas para a gestão de resíduos da construção civil estabelecidas pelas Resoluções do CONAMA nº 237/1997 e 307/2002, na qual podem ser enquadradas as obras, **fl. 549;**

Considerando que o IBRAM – Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal é a autarquia responsável por executar e fazer executar as políticas ambientais e de recursos hídricos âmbito do Distrito Federal, criado pela Lei nº 3.984 de 28/05/2001;

Considerando que a Secretaria de Educação/Coordenação de Obras, por meio do Ofício nº 040/2012 – CDOBRA, **fls. 677/681**, efetuou consulta ao IBRAM – Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal, acerca da necessidade de apresentação de licença ambiental para a mesma tipologia de obra;

Considerando que em resposta o IBRAM considera que pequenas edificações não requerem processo de Licenciamento Ambiental, pois este tipo de edificação está inclusa no processo de parcelamento do solo em áreas que são contempladas em cada Região Administrativa, fls. 682;

Reiteramos que no que se refere à LICENÇA AMBIENTAL os itens 02.02.000 – demolição, subitem “b” e “c” do caderno de especificações, atendem as normas para a gestão de resíduos da construção civil estabelecidas pelas Resoluções do CONAMA nº 237/1997 e 307/2002, na qual a obra se enquadra.

X. Prazo de Execução e Vigência Contratual:

O prazo previsto para a **execução da obra é de 270 (duzentos e setenta) dias corridos** e o prazo de vigência do contrato deverá ser de **780 (setecentos e oitenta) dias corridos.**

XI. Penalidades:



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**

Folha nº 2815
Processo: 080.007520/2013
Rubrica: Mat. 47.639-0

- a) Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do presente projeto básico, serão aplicadas as penalidades estabelecidas no Decreto 26.851/2006, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº. 103 de 31 de maio de 2006, pág. 05 a 07, que regulamentou a aplicação das sanções administrativas previstas nas Leis Federais Lei n.º 8.666/93 e alterações introduzidas pelos Decretos nº 26.993/2006 e 27.069/2006.
- b) Anexamos ao presente Projeto Básico, cópia do Decreto 26.851/2006, fls. 690/698, e suas alterações subsequentes.

XII. Valor do Contrato:

O valor total estimado do contrato é de **R\$ 3.320.907,49** (três milhões, trezentos e vinte mil, novecentos e sete reais, quarenta e nove centavos).

XIII. Da Fiscalização e Supervisão dos Serviços:

O Distrito Federal, por meio da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal designará 02 (dois) executores para o(s) contrato(s), sendo um titular e um suplente, que desempenharão as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, vigentes.

XIV. Do Pagamento:

O pagamento será de acordo com o cronograma físico-financeiro, proposto pela contratada e aprovado pela Coordenação de Obras, devendo somente ser efetuado em moeda nacional (Real), após a realização dos serviços, objeto deste Projeto Básico, mediante a apresentação de Nota Fiscal especificando os valores relativos ao ISS, IR e INSS, se for o caso, e liquidada a despesa até 30 (trinta) dias da apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestada pelo executor do contrato, obedecendo as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, vigentes.

XV. Proposta:

- a) Será desclassificada a proposta que apresentar preço global superior ao estabelecido na planilha orçamentária (**Módulo 1 + Módulo 2**) elaborada pela Coordenação de Obras ou com preços manifestamente inexequíveis;
- b) Todos os licitantes deverão apresentar, como parte integrante de sua proposta, composições analíticas de custos unitários de serviços, tipo simplificada, para todos os itens constantes na planilha, obedecendo às especificações estabelecidas para os serviços no projeto e/ou especificações, que demonstrem a viabilidade técnica e econômica do valor proposto, assim como demonstrativo dos encargos sociais de mão



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**

Folha nº 2816
Processo: 080.007520/2013
Rubrica: Mat. 47.639-0

de obra aplicados nas composições de preços unitários da licitante e a composição do BDI (Bonificações e Despesas Indiretas) proposto;

c) A não apresentação do demonstrativo dos encargos sociais, da composição do BDI, bem como do relatório das composições de preços unitários ou a apresentação com omissões de itens em desacordo com a planilha orçamentária, acarretará a desclassificação da proposta.

d) Será desclassificada a proposta que apresentar preço unitário superior a 10% (dez por cento) dos preços unitários constantes da Planilha Orçamentária da Secretaria de Estado de Educação ou com preços manifestamente inexequíveis.

XVI. Local de Execução: QS 415, Área Especial 01 - RA XII – Samambaia/DF.

XVII. Responsáveis pelo projeto: Diretoria de Projetos da Coordenação de Infraestrutura da Secretaria de Estado de Educação do DF e FNDE.

XVIII. Responsáveis pelo orçamento: Gerência de Orçamento da Coordenação de infraestrutura da Secretaria de Estado de Educação do DF e FNDE.

XIX. Unidade Fiscalizadora: Diretoria da Engenharia da Educação da Coordenação de Infraestrutura da Secretaria de Estado de Educação do DF.

XX. Dotação Orçamentária:

O custo total da obra é de **R\$ 3.320.907,49** (três milhões, trezentos e vinte mil, novecentos e sete reais, quarenta e nove centavos), sendo que o valor de **R\$ 1.453.670,39** (um milhão quatrocentos e cinquenta e três mil, seiscentos e setenta reais, trinta e nove centavos) será custeado pelo **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE** e o valor de **R\$ 1.867.237,10** (um milhão, oitocentos e sessenta e sete mil, duzentos e trinta e sete reais, dez centavos) pela **Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal**.

XXI. Do Foro:

Fica eleito o foro do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios para dirimir as dúvidas não solucionadas administrativamente oriundas do cumprimento das obrigações estabelecidas.

A N E X O
(modelo)



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**

Folha nº 2817
Processo: 080.007520/2013
Rubrica: Mat. 47.639-0

**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA
E
INDICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA**

AO
GDF-SEEDF
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

Ref.: Concorrência n.º: _____

Em conformidade com o estabelecido neste Edital, indicamos abaixo os técnicos que se comprometem a realizar as obras/serviços objeto desta Licitação. Declaramos que tal indicação está em consonância com a Resolução nº1.025 (30/10/2009) do CONFEA - Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, alterada pela Resolução 1.033(05/09/2011), e que os técnicos relacionados pertencem ao quadro de profissionais permanentes da empresa.

01 - TÍTULO DO PROFISSIONAL

NOME: _____ CREA: _____
ASSINATURA: _____ DATA DE REGISTRO: _____

02 - TÍTULO DO PROFISSIONAL

NOME: _____ CREA: _____
ASSINATURA: _____ DATA DE REGISTRO: _____

(carimbo e assinatura do representante legal da empresa)



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**

Folha nº 2821
Processo: 080.007520/2013
Rubrica: Mat. 47.639-0

**ANEXO
DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DA OBRA**

AO
GDF-SEE-DF
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

Ref.: Concorrência n.º: _____

Em conformidade com o estabelecido neste edital declaramos que possuímos pleno conhecimento das condições do local da obra, assumindo todas as responsabilidades, devidamente assinado pelo Responsável Técnico e representante da empresa.

Brasília, DF, de de 2017.

(Carimbo e assinatura)



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**

Folha nº 2822
Processo: 080.007520/2013
Rubrica: Mat. 47.639-0

ANEXO
(modelo)

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

Ref.: Concorrência n.º: _____

_____ (nome da empresa), CNPJ-MF n.º _____,
sediada _____ (endereço completo) declara, sob as penas
da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente
processo licitatório, assim como que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências
posteriores.

Brasília, DF, de de 2017.

(Carimbo e assinatura)



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**

Folha nº 2823
Processo: 080.007520/2013
Rubrica: Mat. 47.639-0

ANEXO
(modelo)

DECLARAÇÃO DE MENORES

Ref.: Concorrência n.º: _____

_____ (nome da empresa), CNPJ-MF n.º _____,
sediada _____ (endereço completo) declara, sob as penas
da lei, para os fins requeridos no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, consoante
o disposto no artigo 1º, da Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não tem em seu quadro de
empregados, menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou de qualquer
trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos.

Brasília, DF, de de 2017.

(Carimbo e assinatura)



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

Folha nº 2825
Processo: 080.007520/2013
Rubrica: Mat. 47.639-0

Na ocasião do pagamento a contratada deverá apresentar provas de regularidade relativas à SEGURIDADE SOCIAL (CND), FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO (FGTS), para com a FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, prova de regularidade para com a FAZENDA FEDERAL será feita mediante apresentação, em plena validade, de Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeito de Negativa de Tributos Federais, emitidas pela SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL (Certidão de Tributos e Contribuições Federais Administrados pela Secretaria da Receita Federal) e pela PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (Certidão Quanto à Dívida Ativa da União) DO MINISTÉRIO DA FAZENDA e Prova de Regularidade Trabalhista, através de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, obtidas por intermédio do **sítio www.tst.jus.br/certidao**, que comprove a inexistência de débito inadimplido perante a Justiça do Trabalho do licitante (Lei nº 12.440, de 07 de junho de 2011), em plena validade, podendo ser aceita além da CND, em caso de impossibilidade de sua emissão, também Certidão Positiva com efeito de Negativa. Deverá apresentar também a comprovação de recolhimento dos encargos sociais, mês a mês, relativamente à folha de empregados

CLÁUSULA OITAVA - Do Prazo de Vigência

8.1 - O prazo de vigência do contrato será de 780 (setecentos e oitenta) dias

8.2 - O prazo de execução dos serviços será de 270 (duzentos e setenta) dias corridos, contados a partir da expedição da Ordem de Serviço pela Coordenação de Infraestrutura.

8.3 - O prazo para início das obras e serviços será de até ____ dias corridos, contados da data de recebimento da respectiva Ordem de Serviço.

8.4 - As obras serão recebidas provisoriamente mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes no prazo de ____ dias úteis da comunicação escrita da Contratada. Quando do recebimento provisório, obrigatoriamente deverá estar concluída a execução do objeto contratual.

8.5 - As obras/serviços serão recebidos definitivamente pela _____ mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de ____ do recebimento provisório, suficientes para vistoria que comprove a adequação das obras aos termos do contrato.

8.6 - A Contratada ficará obrigada a conservação e remessa à contratante das tabelas de composição de custos unitários dos itens constantes das planilhas orçamentárias e de memória de cálculos quantitativos.

8.7 - Do Reajuste - Não haverá reajuste de valores, cuja periodicidade de aplicação seja inferior a 01(um) ano.

- A variação de preços para efeito de reajuste anual será medida pelo índice INCC (Índice Nacional da Construção Civil) apurado durante o período ou aquele que vier a substituí-lo.

- O critério de reajuste, deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, que reflitam a variação dos insumos utilizados, a partir da data limite para apresentação das propostas, conforme art. 3º, § 1º, da Lei nº 10.192/2001.

- Quando o período de 01 (um) ano for ultrapassado por desídia da contratada, esta não terá direito a reajustamento, nem tampouco realinhamento de preços, e ainda, quando a justificativa apresentada não for aceita pela Administração, tal fato ensejará a rescisão unilateral do contrato por inadimplemento contratual.

CLÁUSULA NONA - Das garantias

9.1 - A garantia para a execução da obra será de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, conforme previsão constante do Edital, devendo ser prestada, à escolha do contratado, mediante caução em dinheiro ou títulos de dívida pública, seguro garantia ou fiança bancária, cujo valor será atualizado nas condições contratualmente previstas, na forma do art. 56 da Lei 8.666/93.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

Folha nº 2826
Processo: 080.007520/2013
Rubrica: Mat. 47.639-0

9.2 - A Contratada garante, por cinco anos, a solidez e segurança do trabalho, compreendido, também, o material empregado.

CLÁUSULA DÉCIMA - Da responsabilidade do Distrito Federal

O Distrito Federal responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e de culpa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Das Obrigações e Responsabilidades da Contratada

11.1 - A Contratada fica obrigada a apresentar, ao Distrito Federal:

I - até o quinto dia útil do mês subsequente, comprovante de recolhimento dos encargos previdenciários, resultantes da execução do Contrato;

II - comprovante de recolhimento dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais.

11.2 - Constitui obrigação da Contratada o pagamento dos salários e demais verbas decorrentes da prestação de serviço.

11.3 - A Contratada responderá pelos danos causados por seus agentes.

11.4 - A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.5 - A contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

11.6 - No caso de inadimplência da contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis (art. 71, caput, e art.71, § 1º);

11.7 - Os empregados da contratada não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

11.8 - A Contratada não poderá subempreitar o total das obras/serviços a ela adjudicados, salvo quanto aos itens que, por sua especialização, requeiram o emprego de firmas ou profissionais especialmente habilitados e, nesse caso, mediante prévia autorização da COINF, não podendo ultrapassar tais serviços, 30% (trinta por cento) do valor total contratado.

11.9. Os demais deveres e obrigações da Contratada estão elencados no Caderno de Especificações que determina os materiais e técnicas a serem empregadas na execução das obras e estabelece as diretrizes gerais para a execução das obras e serviços de implantação e urbanização, referentes à construção de Centro de Educação da Primeira Infância – CEPI, Creche Tipo B, com 08 (oito) salas de aula, a ser localizado na QS 617, Área Especial 02 - RA XII – Samambaia/DF.

11.10 – Fica expressamente vedada a utilização de mão de obra infantil no termos da Lei Distrital 5.061/2013

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Da Alteração Contratual

12.1 - Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei nº 8.666/93, vedada a modificação do objeto.

12.2 - A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias, suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

12.3 – toda e qualquer alteração contratual de ser processada e devidamente justificada nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Das Penalidades

O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a Contratada à multa prevista no Edital, na forma do Decreto 26.851/2006 alterado pelos Decretos nº 26.993/2006 e 27.069/2006 - DF, descontada da garantia oferecida ou judicialmente, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93, facultada ao Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**

Folha nº 2827
Processo: 080.007520/2013
Rubrica: Mat. 47.639-0

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Da Rescisão Amigável

O Contrato poderá ser rescindido, de comum acordo, devendo a rescisão ser reduzida a termo desde que haja conveniência para a Administração, bem como ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, nos termos do art. 79, II c/c § 1º da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Da Rescisão

O Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista no Edital, observado o disposto no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a Contratada às consequências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Dos débitos para com a Fazenda Pública

Os débitos da Contratada para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Do Executor

O Distrito Federal, por meio de _____, designará um Executor para o Contrato, que desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - Da Publicação e do Registro

A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, na Imprensa Oficial, bem como registro do Instrumento no Órgão Público interessado na contratação, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - Do Foro

Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

Brasília, ____ de _____ de 20__

Pelo Distrito Federal:

Pela Contratada:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

Folha nº 2828
Processo: 080.007520/2013
Rubrica: Mat. 47.639-0

ANEXO
(modelo)

PARTE I						
DENOMINAÇÃO: SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL						
NATUREZA JURÍDICA: Entidade Integrante da Administração Direta do DF, Sec. Educação, Lei 4.545 de 10.12.64						
SEDE FORO	E	ENDEREÇO	TELEFONE	FAX	CEP	CGC
Brasília-DF		SGAN 607, Projeção D (Unidade 2)	3901-2300	3901- 2299	70.850- 080	00.394.676/000 1-07
REPRESENTANTE LEGAL			Ato ou Doc. que confere a Representatividade			
FUNÇÃO/CARGO		NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL		PROFISSÃO	
CPF			CARTEIRA DE IDENTIDADE			

PARTE II			
DENOMINAÇÃO:			
NATUREZA JURÍDICA:			
SEDE E FORO		CGC	ENDEREÇO
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL		CARGO	NACIONALIDADE
ESTADO CIVIL	PROFISSÃO	CART. DE IDENT.	CPF
Documento que confere a Representatividade		RESIDÊNCIA	
TELEFONE		FAX	CEP



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**

Folha nº 2829
Processo: 080.007520/2013
Rubrica: Mat. 47.639-0

**(ANEXO do Edital
MODELO PROPOSTA ECONOMICA**

Concorrência nº : _____ (Nome da Região Administrativa)

1. Razão Social da Empresa :
2. CNPJ N^o:
3. Inscrição Estadual:
4. Inscrição Municipal:
5. Endereço:
6. Telefone: Fax:
7. Prazo de Pagamento: Conforme Edital
8. Banco: Agência: Conta Correte
9. Represente da Empresa:
10. Cargo: RG: CPF:
.....

Apresentamos nossa proposta para realização dos serviços, acatando todas as estipulações consignadas no ato convocatório, conforme abaixo:

Valor global : R\$ (valor por extenso)

No preço estão contidos todos os custos e despesas diretas e indiretas, tributos incidentes, encargos sociais, previdenciários trabalhistas e comerciais, taxa de administração e lucro, materiais e mão-de-obra a serem empregados, seguros, manutenção de veículos e quaisquer outros necessários ao fiel e integral cumprimento do objeto deste Contrato e seus Anexos.

Declaramos que tomamos conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações desta licitação e que atendemos todas as condições do Edital.

....., de de 2017

CARIMBO/CNPJ E ASSINATURA



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**

Folha nº 2830
Processo: 080.007520/2013
Rubrica: Mat. 47.639-0

ANEXO (DO EDITAL)

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

Ref.: Concorrência nº _____ – SUAG-SEEDF

_____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a) _____, portador (a) da Carteira de identidade nº _____, e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º, e que estão aptas a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos art. 42 a 49 da referida Lei Complementar, e que não se enquadra nas situações relacionadas no §4º do art. 3º da citada Lei Complementar.

(local e data)

(representante legal)



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**

Folha nº 2831
Processo: 080.007520/2013
Rubrica: Mat. 47.639-0

**ANEXO
DAS PENALIDADES**

DECRETO Nº 26.851, DE 30 DE MAIO DE 2006.

Publicação DODF 103, de 31/05/06 – Págs. 5 a 7.

Alterações:

Decreto nº 26.993, de 12/07/2006 – DODF de 13/07/06.

Decreto nº 27.069, de 14/08/2006 – DODF de 15/08/06.

Decreto nº 35.831, de 19/09/2014 – DODF de 22/09/14.

Decreto nº 36.974, de 11/12/2015 – DODF de 14/12/15.

Regula a aplicação de sanções administrativas previstas nas Leis Federais nºs 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e 10.520, de 17 de julho de 2002 (Lei do Pregão), e dá outras providências.

A GOVERNADORA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e tendo em vista o disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como o disposto no art. 68 da Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e ainda, a centralização de compras instituída nos termos da Lei Distrital nº 2.340, de 12 de abril de 1999, e as competências instituídas pela Lei Distrital nº 3.167, de 11 de julho de 2003, DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritiva de direitos pelo não cumprimento das normas de licitação e/ou de contratos, em face do disposto nos arts. 81, 86, 87 e 88, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, obedecerá, no âmbito da Administração Direta, Autárquica, Fundacional e das Empresas Públicas do Distrito Federal, às normas estabelecidas no presente decreto.

**NOVA REDAÇÃO DADA AO CAPUT DO ART. 1º
PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE
13/07/06.**

Art. 1º A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritiva de direitos pelo não cumprimento das normas de licitação e/ou de contratos, em face do disposto nos arts. 81, 86, 87 e 88, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, obedecerá, no âmbito da Administração Direta, Autárquica, Fundacional e das Empresas Públicas do Distrito Federal, às normas estabelecidas no presente Decreto.”;

**NOVA REDAÇÃO DADA AO CAPUT DO ART. 1º
PELO DECRETO Nº 27.069, DE 14/08/2006 – DODF DE
15/08/06.**



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**

Folha nº 2832
Processo: 080.007520/2013
Rubrica: Mat. 47.639-0

Art. 1º A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritiva de direitos pelo não cumprimento das normas de licitação e/ou de contratos, em face do disposto nos arts. 81, 86, 87 e 88, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, obedecerá, no âmbito da Administração Direta, Autárquica, Fundacional e das Empresas Públicas do Distrito Federal, às normas estabelecidas neste Decreto.

Parágrafo único. As disposições deste Decreto aplicam-se também aos ajustes efetuados com dispensa e inexigibilidade de licitação, nos termos do que dispõe a legislação vigente, e ainda às licitações realizadas pelas Administrações Regionais, até o limite máximo global mensal estabelecido no art. 24, incisos I e II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nos termos do disposto no § 1º do art. 2º da Lei Distrital nº 2.340, de 12 de abril de 1999.

SEÇÃO II

DAS ESPÉCIES DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Art. 2º As licitantes que não cumprirem integralmente as obrigações contratuais assumidas, garantida a prévia defesa, estão sujeitas às seguintes sanções:

**NOVA REDAÇÃO DADA AO CAPUT DO ART. 2º
PELO DECRETO Nº 27.069, DE 14/08/2006 – DODF DE
15/08/06.**

Art. 2.º As licitantes e/ou contratadas que não cumprirem integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, estão sujeitas às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Distrito Federal:

a) para o licitante e/ou contratado através da modalidade pregão presencial ou eletrônico que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; a penalidade será aplicada por prazo não superior a 5 (cinco) anos, e o licitante e/ou contratado será descredenciado do Sistema de Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

**NOVA REDAÇÃO DADA À ALINEA “A” DO INCISO III
DO ART. 2º PELO DECRETO Nº 27.069, DE
14/08/2006 – DODF DE 15/08/06.**

a) para a licitante e/ou contratada através da modalidade pregão presencial ou eletrônico que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; a penalidade será aplicada por prazo não superior a 5 (cinco) anos, e a licitante e/ou contratada será descredenciada do Sistema de Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

b) para os licitantes nas demais modalidades de licitação previstas na Lei n. 8.666, de 1993, a penalidade será aplicada por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**

Folha nº 2833
Processo: 080.007520/2013
Rubrica: Mat. 47.639-0

**NOVA REDAÇÃO DADA À ALINEA “B” DO INCISO III
ART. 2º PELO DECRETO Nº 27.069, DE 14/08/2006 –
DODF DE 15/08/06.**

b) para as licitantes nas demais modalidades de licitação previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a penalidade será aplicada por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

**NOVA REDAÇÃO DADA INCISO IV DO ART. 2º
PELO DECRETO Nº 27.069, DE 14/08/2006 – DODF DE
15/08/06.**

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Parágrafo único. As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

**NOVA REDAÇÃO DADA AO PARÁGRAFO ÚNICO
ART. 2º PELO DECRETO Nº 27.069, DE 14/08/2006 –
DODF DE 15/08/06.**

Parágrafo único. As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia a interessada, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.”

**SUBSEÇÃO I
DA ADVERTÊNCIA**

Art. 3º A advertência é o aviso por escrito, emitido quando o licitante e/ou contratado descumprir qualquer obrigação, e será expedido:

**NOVA REDAÇÃO DADA AO CAPUT DO ART. 3º
PELO DECRETO Nº 27.069, DE 14/08/2006 – DODF DE
15/08/06.**

Art. 3º A advertência é o aviso por escrito, emitido quando a licitante e/ou contratada descumprir qualquer obrigação, e será expedido:

I - pela Subsecretaria de Compras e Licitações - SUCOM, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório, e, em se tratando de licitação para registro de preços, até a emissão da autorização de compra para o órgão participante do Sistema de Registro de Preços;

II - pelo ordenador de despesas do órgão contratante e/ou participante do Sistema de Registro de Preços, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

**NOVA REDAÇÃO DADA AO INCISO III DO ART. 3º
PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE
13/07/06.**

II - pelo ordenador de despesas do órgão contratante se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**

Folha nº 2834
Processo: 080.007520/2013
Rubrica: Mat. 47.639-0

**SUBSEÇÃO II
DA MULTA**

Art. 4º A multa é a sanção pecuniária que será imposta ao contratado pelo atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

**NOVA REDAÇÃO DADA AO CAPUT DO ART. 4º
PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE
13/07/06.**

Art. 4º A multa é a sanção pecuniária que será imposta ao contratado, pelo ordenador de despesas do órgão contratante, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

**NOVA REDAÇÃO DADA AO CAPUT DO ART. 4º
PELO DECRETO Nº 27.069, DE 14/08/2006 – DODF DE
15/08/06.**

Art. 4º A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada, pelo ordenador de despesas do órgão contratante, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso:.

**NOVA REDAÇÃO DADA AO INCISO I DO ART. 4º
PELO DECRETO Nº 35.831, DE 19/09/14 – DODF DE
22/09/14.**

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

**NOVA REDAÇÃO DADA AO INCISO II DO ART. 4º
PELO DECRETO Nº 35.831, DE 19/09/14 – DODF DE
22/09/14.**

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada;

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste artigo;

IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material,



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**

Folha nº 2835
Processo: 080.007520/2013
Rubrica: Mat. 47.639-0

recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente;

V - até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

**NOVA REDAÇÃO DADA AO INCISO V DO ART. 4º
PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE
13/07/06.**

V - 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

**NOVA REDAÇÃO DADA AO INCISO V DO ART. 4º
PELO DECRETO Nº 35.831, DE 19/09/14 – DODF DE
22/09/14.**

V - até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

§ 1º A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666, de 193 e será executada após regular processo administrativo, oferecido ao contratado a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666, de 1993, observada a seguinte ordem:

**NOVA REDAÇÃO DADA AO § 1º DO ART. 4º
PELO DECRETO Nº 27.069, DE 14/08/2006 – DODF DE
15/08/06.**

§ 1º A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, observada a seguinte ordem:

I - mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;

II - mediante desconto no valor das parcelas devidas ao contratado;

**NOVA REDAÇÃO DADA AO INCISO II DO § 1º DO
ART. 4º PELO DECRETO Nº 27.069, DE 14/08/2006 –
DODF DE 15/08/06.**

II - mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e

III - mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

§ 2º Sempre que a multa ultrapassar os créditos do contratado e/ou garantias, o seu valor será atualizado, a partir da data da aplicação da penalidade, pela variação do Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), da Fundação Getúlio Vargas.

**NOVA REDAÇÃO DADA AO § 2º DO ART. 4º
PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE
13/07/06.**

§ 2º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**

Folha nº 2836
Processo: 080.007520/2013
Rubrica: Mat. 47.639-0

**NOVA REDAÇÃO DADA AO § 2º DO ART. 4º
PELO DECRETO Nº 27.069, DE 14/08/2006 – DODF DE
15/08/06.**

§ 2º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

§ 3º O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

§ 4º Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

I - o atraso não superior a 5 (cinco) dias;

II - a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

§ 5º A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto no Parágrafo único do art. 2º e observado o princípio da proporcionalidade.

§ 6º Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do caput deste artigo.

§ 7º A sanção pecuniária prevista no inciso IV do caput deste artigo não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejam penalidades.

**ACRESCENTADO O ART. 4-A PELO DECRETO Nº
36.974, DE 11/12/15 – DODF DE 14/12/15.**

Art. 4-A A multa de que trata o art. 4º deste Decreto será aplicada, nas contratações previstas na Lei Federal nº 12.232, de 29 de abril de 2010, nos seguintes percentuais:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada;

III - 1% (um por cento) do valor do contrato em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o termo contratual dentro do prazo estabelecido pela Administração;

IV - 1% (um por cento) sobre o valor do contrato que reste executar ou sobre o valor da dotação orçamentária que reste executar, o que for menor, em caso de rescisão contratual;

V - até 1% (um por cento) sobre o valor do contrato que reste executar ou sobre o valor da dotação orçamentária que reste executar, o que for menor, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, respeitado o disposto nos incisos I e II.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**

Folha nº 2837
Processo: 080.007520/2013
Rubrica: Mat. 47.639-0

**SUBSEÇÃO III
DA SUSPENSÃO**

Art. 5º A suspensão é a sanção que suspende temporariamente a participação de contratado em licitações e o impede de contratar com a Administração, e, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral do adjudicado e/ou contratado, no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966, de 23 de junho de 2005, com a suspensão inscrita no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, de acordo com os prazos a seguir:

**NOVA REDAÇÃO DADA AO CAPUT DO ART. 5º
PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE
13/07/06.**

Art. 5º A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitações e de contratar com a Administração, e, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral do licitante e/ou contratado, no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966, de 23 de junho de 2005, e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, de acordo com os prazos a seguir:

**NOVA REDAÇÃO DADA AO CAPUT DO ART. 5º
PELO DECRETO Nº 27.069, DE 14/08/2006 – DODF
DE 15/08/06.**

Art. 5º A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitações e de contratar com a Administração, e, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral da licitante e/ou contratada no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966, de 23 de junho de 2005, e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, de acordo com os prazos a seguir:

I - por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, emitida pela Subsecretaria de Compras e Licitações, ou pelo órgão integrante do Sistema de Registro de Preços, a empresa permanecer inadimplente;

**NOVA REDAÇÃO DADA AO INCISO I DO ART. 5º
PELO DECRETO Nº 27.069, DE 14/08/2006 – DODF
DE 15/08/06.**

I - por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, emitida pela Subsecretaria de Compras e Licitações - SUCOM, ou pelo órgão integrante do Sistema de Registro de Preços, a licitante e/ou contratada permanecer inadimplente;

II - por até 90 (noventa) dias, em licitação realizada na modalidade pregão presencial ou eletrônico, ou pregão para inclusão no Sistema de Registro de Preços, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, quer por via fax ou internet, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;

**NOVA REDAÇÃO DADA AO INCISO II DO ART. 5º
PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE
13/07/06.**

II - por até 90 (noventa) dias, em licitação realizada na modalidade pregão presencial ou eletrônico, quando a licitante deixar de entregar, no prazo



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**

Folha nº 2838
Processo: 080.007520/2013
Rubrica: Mat. 47.639-0

estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, quer por via fax ou internet, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;

III - por até 12 (doze) meses, quando a licitante, na modalidade pregão, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato;

IV - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a licitante:

a) apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;

b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) receber qualquer das multas previstas no artigo anterior e não efetuar o pagamento; a reabilitação de dará com o pagamento.

**NOVA REDAÇÃO DADA À ALINEA “C” DO INCISO IV
DO ART. 5º PELO DECRETO Nº 26.993, DE
12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.**

c) receber qualquer das multas previstas no artigo anterior e não efetuar o pagamento.

§ 1º São competentes para aplicar a penalidade de suspensão:

I - a Subsecretaria de Compras e Licitações - SUCOM, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório, e, em se tratando de licitação para registro de preços, até a emissão da autorização de compra para o órgão participante do Sistema de Registro de Preços;

II - o ordenador de despesas do órgão contratante e/ou participante do Sistema de Registro de Preços, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

**NOVA REDAÇÃO DADA AO INCISO II DO § 1º DO
ART. 5º PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 -
DODF DE 13/07/06.**

II - o ordenador de despesas do órgão contratante, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

§ 2º A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e produzirá os seguintes efeitos:

**NOVA REDAÇÃO DADA AO § 2º DO ART. 5º
PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE
13/07/06.**

§ 2º A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal.

I - se aplicada pela Subsecretaria de Compras e Licitações - SUCOM, na hipótese do descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório, e, em se tratando de licitação para registro de preços, até a emissão da autorização de compra para o órgão participante do Sistema de Registro de Preços, implicará na suspensão, por igual período, perante todos os órgãos/entidades subordinados à Lei Distrital nº 2.340, de 12 de abril de 1999, e alterações posteriores;

II - se aplicada pelo ordenador de despesas do órgão contratante e/ou participante do Sistema de Registro de Preços, na hipótese do descumprimento da obrigação



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**

Folha nº 2839
Processo: 080.007520/2013
Rubrica: Mat. 47.639-0

ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato, implicará na suspensão perante o órgão sancionador.

§ 3º O prazo previsto no inciso IV poderá ser aumentado para até 05 (cinco) anos, quando as condutas ali previstas forem praticadas no âmbito dos procedimentos derivados dos pregões.

**SUBSEÇÃO IV
DA DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE**

Art. 6º A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado de Fazenda, à vista dos motivos informados pela Subsecretaria de Compras e Licitações.

**NOVA REDAÇÃO DADA AO CAPUT DO ART. 6º
PELO DECRETO Nº 27.069, DE 14/08/2006 – DODF
DE 15/08/06.**

Art. 6º A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado ou autoridade equivalente do órgão de origem, à vista dos motivos informados na instrução processual.

§ 1º A declaração de inidoneidade prevista neste artigo permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo de até dois anos de sancionamento.

**NOVA REDAÇÃO DADA AO § 1º DO ART. 6º
PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 – DODF DE
13/07/06.**

§ 1º A declaração de inidoneidade prevista neste artigo permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo da sanção.

**NOVA REDAÇÃO DADA AO § 1º DO ART. 6º
PELO DECRETO Nº 27.069, DE 14/08/2006 – DODF
DE 15/08/06.**

§ 1º A declaração de inidoneidade prevista neste artigo permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo da sanção.

§ 2º A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinadas ou vinculadas ao Poder Executivo do Distrito Federal, e à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº 8.666, de 1993.

**NOVA REDAÇÃO DADA AO § 2º DO ART. 6º
PELO DECRETO Nº 27.069, DE 14/08/2006 – DODF
DE 15/08/06.**

§ 2º A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e seus efeitos serão extensivos a todos os



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**

Folha nº 2840
Processo: 080.007520/2013
Rubrica: Mat. 47.639-0

órgãos/entidades subordinadas ou vinculadas ao Poder Executivo do Distrito Federal, e à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.”

CAPÍTULO II

DAS DEMAIS PENALIDADES

Art. 7º As licitantes que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção no registro no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, administrado pela Subsecretaria de Compras e Licitações, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

I - suspensão temporária do certificado de registro cadastral ou da obtenção do registro, por até 24 (vinte e quatro) meses, dependendo da natureza e da gravidade dos fatos; e

II - declaração de inidoneidade, nos termos do art. 6º deste Decreto

III - aplicam-se a este artigo as disposições dos §§ 2º e 3º do art. 5º deste Decreto.

**FICA ACRESCENTADO O PARÁGRAFO ÚNICO AO
ART. 6º PELO DECRETO Nº 27.069, DE 14/08/2006 –
DODF DE 15/08/06.**

Parágrafo único. Aplicam-se a este artigo as disposições dos §§ 2º e 3º do art. 5º deste Decreto.”

**FICA REVOGADO O INCISO III DO ART. 7º
PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE
13/07/06.**

Art. 8º As sanções previstas nos arts. 5º e 6º poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pelas Leis Federais nos 8.666, de 1993 ou 10.520, de 2002:

**NOVA REDAÇÃO DADA AO CAPUT DO ART. 8º
PELO DECRETO Nº 27.069, DE 14/08/2006 – DODF
DE 15/08/06.**

Art. 8º As sanções previstas nos arts. 5º e 6º poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pelas Leis Federais n.ºs 8.666, de 21 de junho de 1993 ou 10.520, de 17 de julho de 2002:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

III - demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

CAPÍTULO III

DO DIREITO DE DEFESA

Art. 9º É facultado ao interessado interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

**NOVA REDAÇÃO DADA AO CAPUT DO ART. 9º
PELO DECRETO Nº 27.069, DE 14/08/2006 – DODF
DE 15/08/06.**



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**

Folha nº 2841
Processo: 080.007520/2013
Rubrica: Mat. 47.639-0

Art. 9º É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

§ 1º O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

§ 2º Na contagem dos prazos estabelecidos neste Decreto, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário; só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no órgão ou na entidade.

**NOVA REDAÇÃO DADA AO § 2º DO ART. 9º
PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE
13/07/06.**

§ 2º Na contagem dos prazos estabelecidos neste Decreto, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

**FICA ACRESCENTADO O § 3º DO ART. 9º
PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE
13/07/06.**

§ 3º Os prazos referidos neste artigo só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade.

**FICA REVOGADO O § 3º DO ART. 9º
PELO DECRETO Nº 27.069, DE 14/08/2006 - DODF
DE 15/08/06.**

§ 3º Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após o esgotamento da fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, devendo constar:

- I - a origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;
- II - o prazo do impedimento para licitar e contratar;
- III - o fundamento legal da sanção aplicada;
- IV - o nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

**FICA ACRESCENTADO O §4º MEDIANTE
RENUMERAÇÃO DO §3º PELO DECRETO Nº 26.993,
DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.**

§ 4º Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após o esgotamento da fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, devendo constar:

- I - a origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;
- II - o prazo do impedimento para licitar e contratar;
- III - o fundamento legal da sanção aplicada;
- IV - o nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**

Folha nº 2842
Processo: 080.007520/2013
Rubrica: Mat. 47.639-0

§ 4º Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção providenciará a sua imediata divulgação no sítio www.fazenda.df.gov.br, inclusive para o bloqueio da senha de acesso ao Sistema de Controle e Acompanhamento de Compra e Licitações e Registro de Preços do Distrito Federal - e-compras, e aos demais sistemas eletrônicos de contratação mantidos por órgãos ou entidades da Administração Pública do Distrito Federal.

**FICA ACRESCENTADO O §5º MEDIANTE
RENUMERAÇÃO DO §4º PELO DECRETO Nº 26.993,
DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.**

§ 5º Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção providenciará a sua imediata divulgação no sítio www.fazenda.df.gov.br, inclusive para o bloqueio da senha de acesso ao Sistema de Controle e Acompanhamento de Compra e Licitações e Registro de Preços do Distrito Federal - e-compras, e aos demais sistemas eletrônicos de contratação mantidos por órgãos ou entidades da Administração Pública do Distrito Federal.

§ 5o Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal as sanções aplicadas com fundamento nos arts. 3º e 4º deste decreto, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 1993.

**FICA ACRESCENTADO O §6º MEDIANTE
RENUMERAÇÃO DO §5º PELO DECRETO Nº 26.993,
DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.**

§ 6º Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal as sanções aplicadas com fundamento nos arts. 3º e 4º deste decreto, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 1993.

**NOVA REDAÇÃO DADA § 6º DO ART. 9º
PELO DECRETO Nº 27.069, DE 14/08/2006 – DODF
DE 15/08/06.**

§ 6º Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal as sanções aplicadas com fundamento nos arts. 3º e 4º deste Decreto, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.”

CAPÍTULO IV

DO ASSENTAMENTO EM REGISTROS

Art. 10. Toda sanção aplicada será anotada no histórico cadastral da empresa.

Parágrafo único. As penalidades terão seus registros cancelados após o decurso do prazo do ato que as aplicou.

CAPÍTULO V

DA SUJEIÇÃO A PERDAS E DANOS

Art. 11. Independentemente das sanções legais cabíveis, regulamentadas por este Decreto, a licitante e/ou contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**

Folha nº 2843
Processo: 080.007520/2013
Rubrica: Mat. 47.639-0

**CAPÍTULO VI
DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 12. Os instrumentos convocatórios e os contratos deverão fazer menção a este Decreto, incluir os percentuais relativos a multas, e as propostas comerciais deverão mencionar expressamente a concordância do proponente aos seus termos.

**NOVA REDAÇÃO DADA AO CAPUT DO ART. 12º
PELO DECRETO Nº 27.069, DE 14/08/2006 – DODF
DE 15/08/06.**

Art. 12. Os instrumentos convocatórios e os contratos deverão fazer menção a este Decreto, ressalvados os casos em que o objeto exija penalidade específica.”

**FICA ACRESCENTADO O ART. 13 PELO DECRETO
Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.**

Art. 13. As sanções previstas nos arts. 3º, 4º e 5º deste Decreto serão aplicadas pelo ordenador de despesas do órgão contratante, inclusive nos casos em que o descumprimento recaia sobre o contrato oriundo do Sistema de Registro de Preços.

**FICA ACRESCENTADO O ART. 14º PELO DECRETO
Nº 27.069, DE 14/08/2006 – DODF DE 15/08/06.**

Art. 14. Os prazos referidos neste Decreto só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade.”

Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**FICA RENUMERADO O ART. 13 PARA ART. 14
PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE
13/07/06.**

Art. 14. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**FICA RENUMERADO O ART. 14 PARA ART. 15
PELO DECRETO Nº 27.069, DE 14/08/2006 – DODF
DE 15/08/06.**

Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário.

**FICA RENUMERADO O ART. 14 PARA ART. 15
PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE
13/07/06.**

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário.

**FICA RENUMERADO O ART. 15 PARA ART. 16
PELO DECRETO Nº 27.069, DE 14/08/2006 – DODF
DE 15/08/06.**

Art. 16. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 30 de maio de 2006.
118º da República e 47º de Brasília

MARIA DE LOURDES ABADIA